



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE



LAIDE BARROS DE MEDEIROS

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E A FORMAÇÃO NO MOVIMENTO DE MULHERES
DO CAMPO AMAZÔNICO: Um estudo na CONTAG/FETTAGRI Amazonas no
período 2010 a 2020**

Manaus/AM

2023

LAIDE BARROS DE MEDEIROS

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E A FORMAÇÃO NO MOVIMENTO DE MULHERES
DO CAMPO AMAZÔNICO: Um estudo na CONTAG/FETTAGRI Amazonas no
período 2010 a 2020**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Amazonas, como exigência para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Formação e Práxis do(a) Educador(a) Frente aos Desafios Amazônicos.

Orientadora: Profa. Dra. Heloisa da Silva Borges

Manaus/AM

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M488e Medeiros, Laide Barros de
Educação não formal e a formação no movimento de mulheres do campo amazônico : um estudo na CONTAG/FETTAGRI Amazonas no período 2010 a 2020 / Laide Barros de Medeiros . 2023
98 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Heloisa da Silva Borges
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Educação não formal. 2. Formação. 3. Movimento de Mulheres. 4. Campo amazônico. I. Borges, Heloisa da Silva. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

LAIDE BARROS DE MEDEIROS

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E A FORMAÇÃO NO MOVIMENTO DE MULHERES
DO CAMPO AMAZÔNICO: Um estudo na CONTAG/FETTAGRI Amazonas no
período 2010 a 2020**

Dissertação apresentada em 19 de junho de 2023 para obtenção do título de Mestre
em Educação pela Universidade Federal do Amazonas.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Heloisa da Silva Borges – PPGE/UFAM
Orientadora Presidente

Prof. Dr. Marcio de Oliveira – PPGE/UFAM
Membro Interno

Prof. Dr. Jonildo Viana dos Santos – PPGE/UFRR
Membro Externo

Profa. Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão – PPGE/UFAM
Membro Suplente Interno

Profa. Dra. Edilza Laray de Jesus – PPICH/UEA
Membro Suplente Externo

Dedico a todos Movimentos Sociais que lutam para a construção de um projeto de sociedade justa e democrática; à Emmanuel Medeiros (in memoriam), grande companheiro, incentivador, pai do Pedro e amor de minha vida; aos meus pais Maria dos Santos Barros e Oneldes Teixeira Barros (in memoriam), ao meu filho amado, Pedro Luan, e a todas as mulheres que lutam por liberdade e contra todas as formas de opressão.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é fruto de uma colheita, na qual muitos semearam, regaram e ajudaram esse plantio para que eu pudesse chegar até aqui. A eles expressei minha gratidão:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio e expansão da Pós-Graduação na Amazônia brasileira.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), agência financiadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE).

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que através da Faculdade de Educação (FACED) me possibilitou cursar o mestrado.

Ao programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) pela contribuição na formação de profissionais no estado do Amazonas.

À Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Amazonas (FETTAGRI/AM), em especial, minha gratidão a Sra. Edjane Rodrigues, pela acolhida e disponibilização dos documentos para a construção desta pesquisa.

À União Brasileira de Mulheres/Amazonas, a qual me fez compreender que as lutas das mulheres por sua emancipação é também a luta por uma sociedade livre de opressão e exploração.

À minha orientadora, professora Dra. Heloisa da Silva Borges, pela acolhida, amizade, carinho e pela indicação aos caminhos pelos quais deveria percorrer para a construção desta pesquisa.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Marcio de Oliveira (PPGE/UFAM), Prof. Dr. Jonildo Viana dos Santos (PPGE/UFRR), Profa. Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão (PPGE/UFAM) e Profa. Dra. Edilza Laray de Jesus (PPICH/UEA) pelo aceite ao convite, pelas contribuições e apontamentos para a construção desta dissertação.

A meus colegas do grupo de pesquisa em Educação do Campo, Currículo e Formação de Professoras e Professores na Amazônia, pelos bons debates e compartilhamento de experiências, especialmente, Francisauro Costa, Érica Souza, Patrícia Barros, Gabriel Nascimento, Erivelton Mendonça e Madalena Silva.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM, pelos ensinamentos e dedicação ao programa, em especial aqueles que tive a oportunidade de estudar: Profa. Dra. Heloisa Borges, Profa. Dra. Maria Nilvane

Fernades, Profa. Dra. Suely Mascarenha, Profa. Dra Fabiane Garcia, Profa. Dra Wania Fernandes, Prof. Dr Victor José de Oliveira e Prof. Dr. Cleverton Souza.

Ao meu amado filho, Pedro Luan Barros de Medeiros, pela sua compreensão, companheirismo e amor.

As minhas queridas, irmã Loiana Barros e sobrinha Yana Hara pelo apoio, torcida e incentivo para esta pesquisa.

A minha querida irmã Patrícia Barros e cunhado Janderson Teixeira pelo incentivo, apoio e diálogos no momento da pesquisa e por compartilhar sonhos por uma sociedade melhor.

As minhas irmãs e irmãos, Kelly Barros, Lucia Barros, Ana Barros, Benedita Barros, Rosilene Barros (in memoriam) Edimar Barros, Adailton Barros, Adamilton Barros, Odmison Barros, pela convivência, carinho e amor.

As minhas sobrinhas e sobrinhos, Luana Teixeira, Julia Melo, Isabelle Braga, Chrystian Barros, Yan Barros, Milena Barros, Lucas Barros, Idalece Barros, Sophia Barros, Mayne Barros, Joelen Barros, Jovilyn Barros, Josane Barros, Patrick Barros, Gabriel Barros, Apolo Oliveira, Matheus Barros, Euclides Barros, Vanessa Barros, Adanilton Barros, Bruno Barros (in memoriam), Letícia Barros, Yasmim Barros e Karine Barros, pelo carinho, convivência, apoio e incentivo nos estudos.

Ao meu cunhado Aderaldo Tavares e cunhadas Jozelma Barros e Lídice Barros, Kelly Pimentel, Vanilze Barros.

A minha amiga Alderlândia Simas e minha afilhada Luiza Simas pelo apoio e incentivo.

Aos meus camaradas, Rui Brito, Lucia Antony, Vanessa Grazziotin, Eron Bezerra, Ray Serrão, Noélia Silveira, Lucélia Azevedo e muitos outros, pelas lutas e sonhos compartilhados por um outro modelo de sociedade justa e igualitária, sem opressão e exploração, a sociedade socialista.

Minha gratidão eterna aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, em especial do campo amazônico, que muito tem semeado para alimentar a mesa e a alma daqueles que clamam por justiça.

Minha gratidão!
Laide Barros de Medeiros

*Há homes que lutam um dia
e são bons, há outros que
lutam um ano e são melhores,
há os que lutam muitos anos e
são muitos bons. Mas há os que
lutam toda a vida e estes são
Imprescindíveis.*

Bertolt Brecht

MEDEIROS, Laide Barros de. **EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E A FORMAÇÃO NO MOVIMENTO DE MULHERES DO CAMPO AMAZÔNICO**: Um estudo documental na Contag/Fettagri Amazonas no período 2010 a 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2023, 98 f.

RESUMO

Esta dissertação apresenta análise da Educação não-formal e a formação no movimento de mulheres do campo amazônico na Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares/Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Amazonas (CONTAG/FETTAGRI/AM) no período 2010 a 2020. Resulta de estudos realizados no curso de Mestrado (2021-2023) do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM) vinculado à linha 3: Formação e Práxis do(da) Educador(a) frente aos Desafios Amazônicos. O interesse por esta pesquisa surge de minha subjetividade, a origem no campo e minha atuação em movimentos sociais, entre os quais o Movimento de Mulheres. Sabemos que no contexto das lutas sociais do campo, a mulher camponesa sofre com o avanço do capital, que se expressa com a feminização da pobreza, nas perdas de direitos, nas diversas formas de violência, na precarização dos trabalhos e nas múltiplas jornadas de trabalho. Nesse sentido, há uma resistência protagonizada pelos movimentos de mulheres, que se manifesta entre tantas lutas, em ações formativas. Dentre essas ações estão as direcionadas às mulheres camponesas pela Fettagri/AM. Diante disso, para esta pesquisa partimos do seguinte problema: Qual a concepção de formação que predomina na Educação Não Formal especialmente nos Movimentos de Mulheres do Campo Amazônico, nos documentos da Contag/Fettagri-AM, no período de 2010 a 2020? Para isso três objetivos específicos foram construídos: Primeiro, registrar o contexto amazônico e as educações presentes do processo formativo da mestranda e a relação com o objeto da pesquisa; segundo, estudar os Movimentos Sociais de Mulheres e a Educação; e terceiro: examinar a formação do Movimento de Mulheres do/no Campo amazônico na Contag/Fettagri-AM. O estatuto epistemológico que orientou essa pesquisa, foi o Materialismo Histórico-Dialético, fundamentado na pesquisa bibliográfica e documental. Identificamos nos documentos analisados que a concepção do processo formativo que predomina é na perspectiva sindical classista, demonstrado em todos os processos formativos e nos debates sobre o papel do Estado na organização sindical e nas relações capital e o trabalho, no entanto, em alguns momentos a corrente teórica do feminismo radical influencia os debates, mostrando uma contradição da concepção de classe. Portanto é preciso atenção, o processo de emancipação da mulher só pode realizar-se inserido no processo de emancipação de toda a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação não formal. Formação. Movimento de Mulheres. Campo amazônico

ABSTRACT

This dissertation presents an analysis of non-formal education and training in the women's movement in the Amazonian countryside at Contag/Fettagri Amazonas from 2010 to 2020. It results from studies carried out in the Master's course (2021-2023) of the Graduate Program Federal University of Amazonas (PPGE/UFAM) linked to Line 3: Training and Praxis of Educators in the face of Amazonian Challenges. The interest in this research arises from my subjectivity, my background in the field and my work in social movements, including the Women's Movement. We know that in the context of rural social struggles, peasant women suffer from the advance of capital, which is expressed in the feminization of poverty, loss of rights, various forms of violence, precarious work and multiple working hours. In this sense, there is a resistance led by women's movements, which is expressed among so many struggles, in training actions. Among these actions are those directed at rural women by Fettagri/AM. Therefore, for this research we started with the following problem: What is the conception of training that predominates in Non-Formal Education, especially in the Women's Movements of the Amazonian Field, in the documents of Contag/Fettagri-AM, in the period from 2010 to 2020? For this, three specific objectives were constructed: First, to register the Amazonian context and the educations present in the formative process of the master's student and the relationship with the research object; second, Study Women's Social Movements and Education; and third: Examine the formation of the Women's Movement from/in the Amazonian Field in Contag/Fettagri-AM. The epistemological statute that guided this research was Historical-Dialectic Materialism, based on bibliographical and documental research. We identified in the analyzed documents that the conception of the formative process that predominates is in the classist union perspective, demonstrated in all the formative processes and in the debates on the role of the State in the union organization and in the relations capital work, however, in some moments the theoretical current of radical feminism influences the debates, showing a contradiction of the conception of class. Therefore, attention is needed, the process of women's emancipation can only be carried out within the process of emancipation of the whole society.

KEYWORDS: Non-formal education. Training. Women's Movement. Amazon field.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma das etapas metodológicas da pesquisa	24
Figura 2. Cidade de Parintins (vista aérea)	31
Figura 3. Poema o “Operário em Construção” de Vinícius de Moraes	35
Figura 4. Ata de Fundação da União Brasileira de Mulheres/Amazonas	36
Figura 5. Indo para a Comunidade do Açaí (Autora e Emmanuel Medeiros)	39
Figura 6. Rui, Emmanuel e atoras e atores da peça “O Rico Avarento”	41
Figura 7. UBM/AM no ato contra a reforma da Previdência em Manaus/AM	42
Figura 8. Grupo de Estudo e Pesquisa Educação do Campo, Currículo e Formação de Professores	45
Figura 9. O Estado do Amazonas e as Regionais da Fettaagri/AM	63
Figura 10. Mapa do Estado do Amazonas	64
Figura 11. Místicas no curso de formação da FETTAGRI/AM	69
Figura 12. Encenação sobre a questão de gênero	71
Figura 13. Palestra “Relação Social, Gênero e ideologia e Desigualdade na Sociedade”	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cadernos de Relatórios da Fetagri/Amazonas (2010 a 2020).....	25
Quadro 2. Programação do 2º Módulo Regional Amazonas.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Ação Popular
CAL	Centro Acadêmico de Letras
CAUA	Centro de Arte da Universidade Federal do Amazonas
CEDIM/AM	Conselho Estadual do Direito da Mulher do Amazonas
CESPE/UEA	Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas
CMDM/MAO	Conselho Municipal do Direito da Mulher de Manaus
CMS/MAO	Conselho Municipal de Saúde de Manaus
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTTTR	Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DRE	Diretório Regional dos Estudantes
EFOFAM	Escola de Formação do Amazonas
ENAFOR	Encontro Nacional de Formação
ENAFOR	Escola Nacional de Formação
ENERA	Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
ENFOC	Escola Nacional de Informação da Contag
ENFOC	Escola Nacional de Informação da Contag
FACED	Faculdade de Educação
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FETTAGRI/AM	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Amazonas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FPMM	Fórum Permanente de Mulheres de Manaus
GES	Grupo de Estudos Sindicais
GRUTA	Grupo de Teatro Universitário do Amazonas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MASTER	União dos Agricultores Sem Terra

ME	Movimento Estudantil
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
ONG	Organização Não Governamental
PADRS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PADRSS	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PCdoB/AM	Partido Comunista do Brasil/Amazonas
PL	Partido Liberal
PNF	Projeto Nacional de Formação
PPGE/UFAM	Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROFIC	Programa de Fomento à Iniciação Científica
PROPESP/UFAM	Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável/Tupé
RU	Restaurante Universitário
SEDUC/AM	Secretaria de Educação de Qualidade de Ensino do Amazonas
SEGEL/AM	Secretaria de Estado da Juventude Esporte e Lazer do Amazonas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPROR/AM	Secretaria de Produção Rural do Amazonas
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UBM/AM	União Brasileira de Mulheres/Amazonas
UEA	Universidade Federal do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UJS	União da Juventude Socialista
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

UNEGRO/AM

UNESCO

UNICEF

União de Negros e Negras pela
Igualdade do Amazonas

Organização das Nações Unidas para
a Educação, Ciência e Cultura

Fundo das Nações Unidas para a
Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 CONTEXTO AMAZÔNICO E AS EDUCAÇÃOES NO OBJETO DE PESQUISA....	29
1.1 Educaçãoes entrelaçadas no processo formativo da mestranda.....	30
1.2 Educação Formal na Pós-graduação: Da Especialização em Educação do Campo ao Mestrado em Educação	42
2 MOVIMENTOS SOCIAIS, MULHERES E EDUCAÇÃO DO CAMPO	47
2.1 Breve histórico dos movimentos sociais.....	47
2.2 Movimentos Sociais e as mulheres	51
2.3 Movimentos Sociais e a luta pela Educação no/do Campo	56
3 FORMAÇÃO NO MOVIMENTO DE MULHERES DO/NO CAMPO AMAZÔNICO NA CONTAG/FETTAGRI AMAZONAS.	60
3.1 História e o papel social da CONTAG/FETTAGRI-Amazonas.....	60
3.2 O Contexto do Movimento de Mulheres no/do Campo Amazônico.....	64
3.3 Revisando documentos formativos: processos formativos desenvolvidos na escola de formação	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS	82
ANEXOS.....	88
ANEXO A - Solicitação de Autorização para Pesquisa Acadêmico-Científica.....	88
ANEXO B - 2º Módulo Regional Amazonas Pólo Tefé Amazonas	89
ANEXO C - 1º Módulo do Curso Estadual de Formação Social do Polo Baixo Amazonas da 4ª Turma da EFOFAM	90
ANEXO D - 2º Módulo do Curso Estadual de Formação Social do Polo Baixo Amazonas da 4ª Turma da EFOFAM	91
ANEXO E - 3º Módulo do Curso Estadual de Formação Social do Polo Baixo Amazonas da 4ª Turma da EFOFAM	92
ANEXO F - 1º Módulo do Curso Estadual de Formação 5ª Turma	93
ANEXO G - 2º Módulo do Curso Estadual de Formação Social no Amazonas - 5ª Turma.....	94
ANEXO H - II Módulo do Curso Estadual de Formação da Federação da Efofam - V Turma	95
ANEXO I - II Módulo do Curso Estadual de Formação da Federação da Efofam - V Turma.....	96
ANEXO J- Relatório de Atividades de Sindicais Rurais Amazonas 2020.....	97
ANEXO K - Oficina de Base do rio Madeira.....	98

INTRODUÇÃO

Tecendo a Manhã

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grilo de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos
E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
Que, tecido, se elva por si:luz balão.*

João Cabral de Melo Neto

O poema de João Cabral de Melo e Neto nos remete a ideia de que não podemos fazer nada sozinhos, é preciso agir de forma organizada, de forma consciente e coletiva para construirmos nossa manhã desejada. Para construí-la passamos por processos educativos das diferentes educações.

A palavra Educação está nas falas de vários autores. Entre eles, podemos citar Gohn, Ghanem, Trilha, Brandão, Gadott, entre tantos outros. Fala-se de Educação em casa (Brandão, 2017), na escola (Gohn, 2006), nos movimentos sociais (Gohn, 2013), nas ONGs (Ghanem, 2012); fala-se em Educação pública e privada; ela está no centro do debate político, nas leis, nas pesquisas; ora ela é conclamada para enfrentar a miséria, ora ela é uma ferramenta para manutenção do sistema. O certo é, que a Educação atua em diferentes cenários dos palcos de nossas vidas e ninguém se ausenta dela, ela existe por toda parte. Sobre isso, afirma Brandão (2017, p. 7) que “Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar”.

Mas, não é só com uma Educação que nos envolvemos no percurso de nossas vidas, são com várias Educações, de modelos e formas diferentes, em uma diversidade de mundos. Elas fazem parte na natureza humana em um processo de ensino e aprendizagem podendo ocorrer dentro ou fora do ambiente escolar. Porém,

também pode ser um recurso a mais de dominação entre os povos, como menciona Brandão (2017, p. 8), “[...] ela existe em cada povo, ou entre os povos que se encontram. Existe entre os povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como recurso a mais de sua dominância”.

Existem outros papéis desempenhados pela Educação, como o de uma condição para adquirir bens e serviços, assim afirma Gadotti: “A educação é um dos requisitos fundamentais para os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços [...]. Ela é um direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos [...]” (Gadotti, 2005, p. 1-11).

Existem várias formas de Educação, a Formal, a Informal, todas definidas por territórios. Além destas, existe ainda a Educação Não Formal com atuação em outros campos fora dos muros escolares, como nas organizações e Movimentos Sociais, voltada para a formação da cidadania, para a construção do ser humano como um todo, independente de classe social, situação socioeconômica, cultural ou religiosa.

A exemplo de atuação da Educação Não Formal, temos o na Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), entidade que representa os trabalhadores e as trabalhadoras rurais. Nessa entidade, a Educação Não Formal se dá em todo seu processo organizativo, em que há um esforço para a formação política dos seus dirigentes como afirma Silva (2013, p. 19): “[...] desde sua fundação, o esforço na formação política dos dirigentes é destacado em documentos da Confederação”. Neste sentido, para desenvolver processos formativo foi criada em 2006 a Escola Nacional de Formação da Contag (ENFOC), voltada para o debate e a reflexão das questões políticas e das práticas do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e a promoção de estudos sobre temas da agenda sindical. Na missão da ENFOC está o desenvolvimento de processos formativos continuados numa perspectiva crítica, libertadora e transformadora, que une dimensões como a formação político-sindical, a qualificação profissional, além do desenvolvimento local e a Educação do Campo (ENFOC, 2022).

Os processos formativos da ENFOC são desenvolvidos em seus diferentes espaços de articulação e de execução, como os nacionais, regionais e estaduais. Nos espaços nacionais, as ações voltam-se para o público dos estados e regiões, dentre os quais a ENFOC e seus espaços gestores, o Coletivo Nacional de Formação, o Encontro Nacional de Formação (ENAFOR), Coletivo de Rede de Educadores do

MSTTR, comissões e coordenações com as mais variadas estratégias formativas (ENFOC, 2022).

As Regiões Norte, Nordeste, Sul, sudeste e Centro-Oeste compõe os espaços regionais, cujas ações envolve os públicos dos estados como as ENFOCs na região, as regionais da Contag, os espaços de articulação dos secretários e secretárias de formação, a Rede de Educadores do MSTTR e as ações regionais de diversos programas desenvolvidos pela CONTAG e pelas Federações.

Nos Espaços Estaduais, sob a responsabilidade das Federações, as ações ocorrem no âmbito de cada Estado, sejam da ENFOC ou das secretarias específicas, envolvem os polos regionais, territórios, municípios e comunidades. O coletivo estadual de formação, a rede de educadores e educadoras e Institutos também são articuladores das atividades formativas como outros projetos ou programas desenvolvidos pelas Federações.

Dentre as Federações que articulam e realizam ações formativas, está a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultora do Estado do Amazonas (FETTAGRI/AM), entidade sindical de representação, articulação e mobilização dos trabalhadores rurais na agricultura familiar, fundada em 14 de dezembro de 1975, hoje com 55 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) filiados a sua base. Dentre as ações formativas da FETTAGRI/AM, estão as que são direcionadas para as mulheres camponesas. Diante disso, para esta pesquisa partimos do seguinte problema: Qual a concepção de formação que predomina na Educação Não Formal, especialmente, nos Movimentos de Mulheres do Campo Amazônico, nos documentos da CONTAG/FETTAGRI-AM, no período de 2010 a 2020?

Sabemos que no contexto das lutas sociais do campo, as mulheres têm buscado espaço cada vez mais relevantes e atuantes. Elas fortalecem a agenda política sindical na luta pela reforma agrária, por políticas para a agricultura familiar, por direitos dos assalariados e assalariadas rurais, dentre outros, e trouxeram um conjunto de novas questões a plataforma sindical. Questões relacionadas a saúde e direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento a violência, formação política, ampliação da participação sindical com destaque para a juventude, na perspectiva da superação de todas as formas de discriminação e desigualdade, passaram a integrar a plataforma sindical e de forma crescente foram ampliadas e qualificadas.

Diante do exposto, a mulher do campo está inserida nos Movimentos Sociais lutando para garantir as condições de vida material para a sobrevivência de seus filhos e filhas, de sua família e a sua própria subsistência. Marx e Engels (1999) afirmam que é a condição de vida material do ser humano é o primeiro pressuposto para toda a sua existência, e, portanto, também de toda a história, sendo a produção dos meios para a satisfação de suas necessidades o primeiro ato histórico.

[...] primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, a saber, que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer história”. Mas, para viver, é necessário antes de mais beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como a milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos (Marx & Engels, 1999, p. 30).

No que concerne a manutenção da vida, a mulher do campo sofre com o avanço do capital, o impacto do seu cotidiano se expressa de forma contundente coma a feminização da pobreza, com a produção de políticas sociais, como a perda de direitos, as diversas formas de violência, a precarização dos trabalhos e as múltiplas jornadas de trabalho.

A luta pelos seus direitos contra todas as discriminações e injustiças, pela dignidade humana, contra o atraso e a ignorância, pela vida e pela educação de seus filhos e filhas, pelo bem-estar e por uma vida feliz está estreitamente ligada as lutas de classe. A luta da mulher por sua emancipação está também na vitória contra o latifúndio, o agronegócio, contra a depredação do meio ambiente e o avanço do capital.

A busca por visibilidade e reconhecimento tem bases nos processos de lutas e organização das mulheres na sociedade. A luta pela sua emancipação é também a luta pela emancipação do gênero humano, que envolve a luta contra o capital. Nesse sentido, Antunes (2009) nos diz:

No processo mais profundo da emancipação do gênero humano, a uma ação conjunta e imprescindível entre os homens e as mulheres que trabalham. Essa ação tem no capital e em seu sistema de metabolismo social a fonte de subordinação e de estranhamento[...], mas a luta das mulheres por sua emancipação, é também – e decisivamente – uma ação contra as formas histórico-sociais de opressão masculina. Nesse domínio, a luta feminista emancipatória é pré-capitalista, encontra vigência sob o domínio do capital;

será também pós-capitalista, pois o fim da sociedade de classes não significa direta e imediatamente o fim da opressão do gênero (Antunes, 2009, p.110).

Segundo esse autor, foi através das lutas das mulheres que o trabalho feminino ganhou grande espaço na sociedade como um todo, no entanto, ainda é muito visível a divisão sexual, tem sido muito bem utilizado pelo capital para intensificar a precarização de condições de trabalho feminino, diminuição de salário, negação de direito etc. Desigualdades que se evidenciam na qualificação profissional, na desvalorização e discriminação do trabalho feminino.

No universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também uma efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho [...] (Antunes, 2009, p. 109).

As lutas contra os interesses das classes dominantes são articuladas por meio dos movimentos sociais organizados, são eles que dão exemplo de força e resistência contra os fortes ataques das áreas sociais, cortes aos projetos habitacionais, a implementação da reforma trabalhista, a criminalização dos movimentos populares, a violência do corpo das mulheres o genocídio da população negra e indígena, o desemprego, a inflação e a defesa da educação do/no campo.

Para os Movimentos Sociais, a Educação no/do Campo é um instrumento de luta dos sujeitos do campo pelos seus direitos civis, sociais e políticos negados historicamente. A Educação no/do Campo trabalha numa perspectiva crítica, na ideia de novos conhecimentos, sem negar o que já tem, sem negar os saberes tradicionais, a identidade, o mundo do trabalho em uma ação emancipadora dos sujeitos do campo e da própria sociedade, mas recriando através de uma nova práxis (Borges, 2013); Arroyo; Caldart; Molina, 2011).

As mulheres continuam vivendo diferentes formas de opressões em todo o mundo. No Brasil, por exemplo, o neoliberalismo avança causando impacto em suas vidas, se expressa com a feminização da pobreza, a redução de políticas sociais e a perda de direitos já conquistados. Muitas mulheres continuam confinadas no lar, condicionadas aos serviços domésticos, são vítimas das variadas formas de violências, vivendo situação de subalternidade imposta pela sociedade capitalista. Também são vítimas da precarização do trabalho e da ausência das políticas públicas

porque são elas que estão na linha de frente em buscas desses direitos para suas famílias, como afirma Mirla Cisne (2015):

[...] São elas que enfrentam as filas de madrugada nos hospitais públicos para levarem seus filhos(as), bem como a busca de vagas nas escolas; são muitas delas que não chegam à previdência, seja por serem as que mais se encontram na informalidade, nos empregos mais precarizados sem direitos trabalhistas assegurados, ou até mesmo por não terem sequer sua documentação, especialmente as rurais; são elas que estão no cotidiano da assistência social buscando a garantia mínima das condições de sobrevivência da sua família (Cisne, 2015, p.18).

O legado do governo Bolsonaro-PL (2018-2022) incluiu recordes de pobreza, desigualdade e fome, principalmente, das mulheres. Inflação elevada, cortes nos investimentos públicos, política de compras de arma deixando-as mais vulneráveis às violências, escancaradas no período da pandemia do coronavírus-COVID-19.

Dados do anuário de segurança pública mostraram que de 2020 a 2021, 2.695 mulheres foram mortas pela condição de ser mulher, e o principal autor foi o companheiro ou ex-companheiro (81,7%). Aqueles que deveriam amá-las e protegê-las são os seus algozes. É o no lar, o local em que as mulheres são mais vítimas de feminicídio, 65,6%. No Brasil, três mulheres morrem por dia por serem mulheres (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

Na luta contra a opressão há uma resistência protagonizada pelos movimentos de mulheres, que se reflete em leis, entre as quais a 11.240/2006 chamada Lei Maria da Penha, considerada uma das três melhores leis do mundo, um marco na luta contra a violência doméstica, a Lei 13. 104/2015, lei do feminicídio, que trata do assassinato de mulheres por condições do sexo feminino.

O objetivo geral desta pesquisa foi: Analisar a educação Não Formal no Movimento de Mulheres do Campo Amazônico, na CONTAG/FETTAGRI Amazonas, no período 2010 a 2020. Para isso, três objetivos específicos foram construídos: 1) Registrar o contexto amazônico e as educações presentes no processo formativo da mestranda e a relação com o objeto da pesquisa; 2) Estudar os Movimentos Sociais, Mulheres e a Educação no/do Campo 3) Examinar a formação do Movimento de Mulheres do/no Campo na CONTAG/FETTAGRI- AM.

O interesse por esta pesquisa surge de minha subjetividade, minha origem do campo e de minha atuação em movimentos sociais, sobretudo, o das mulheres. Mas, por que compreender a formação do movimento de mulheres do campo e sua relação

com a educação? Para responder esta pergunta, trago também a minha relação com o teatro e a poesia. Durante uma apresentação da peça, baseada no poema “O Operário em Construção” havia uma parte do poema que dizia: “[...] o que operário dizia outro operário escutava. E foi assim que operário do edifício em construção que sempre dizia sim começou a dizer não. E aprendeu a notar coisas, as quais, não dava atenção, notou que sua marmitta preta era o uísque do patrão...E o operário fez-se forte na sua resolução...”. Esse trecho do poema de Vinícius de Moraes me fez acreditar na época e ainda me faz acreditar hoje que é preciso haver uma consciência de classe para que uma transformação social possa existir e essa consciência não só se dá pelas lutas, como se dá também na formação dos movimentos sociais através da Educação Não Formal.

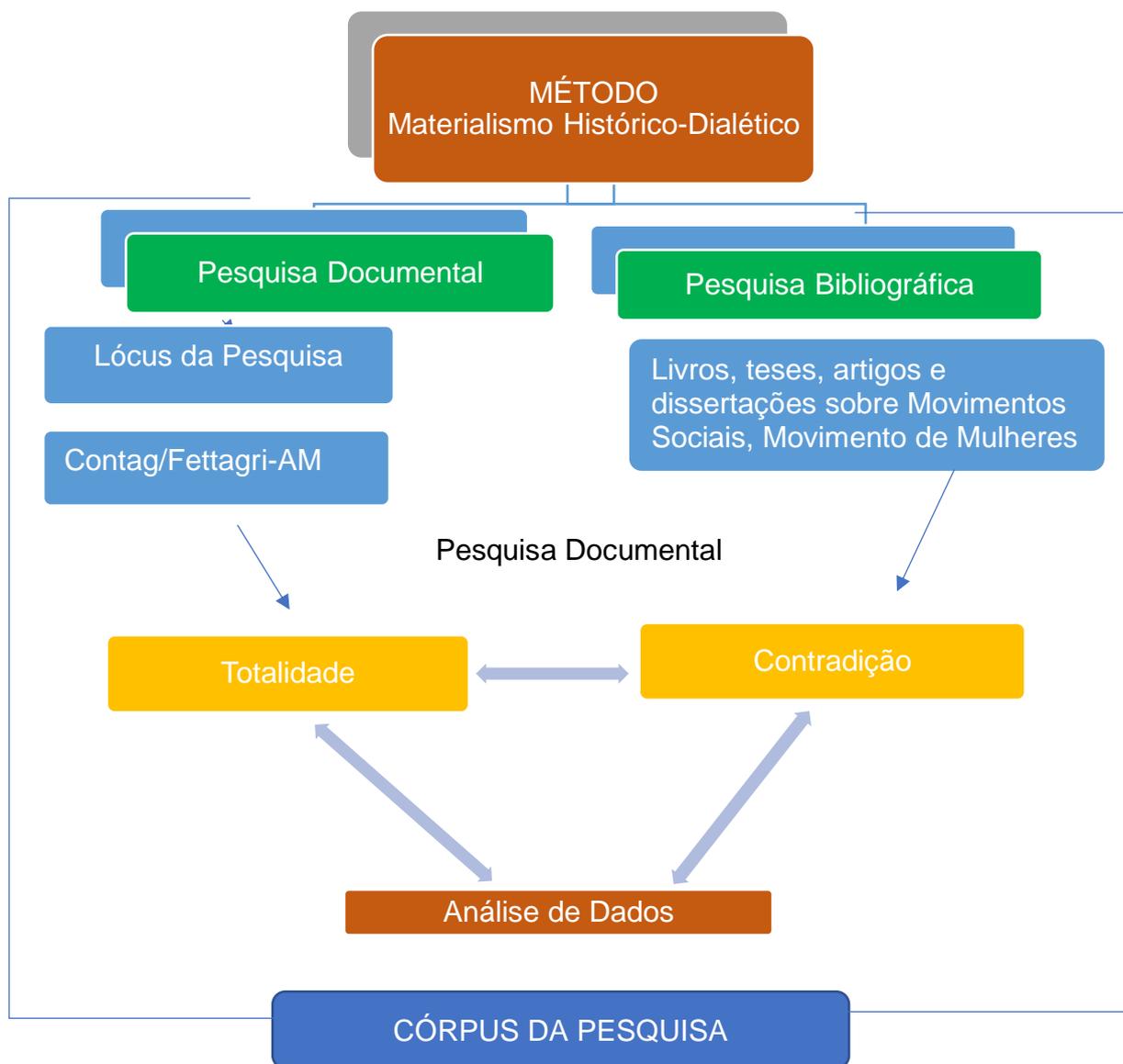
Para Gohn (2011, p.17), a Educação Não Formal aborda em “processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social”.

O presente estudo, teve como lócus a CONTAG/FETTAGRI Amazonas, no período compreendido entre 2010 e 2020 e o estatuto epistemológico que orientou essa pesquisa foi o Materialismo Histórico-Dialético, fundamentado na pesquisa bibliográfica e documental. Na perspectiva materialista, é preciso conhecer a sociedade e seus processos para trabalhar na superação das desigualdades sociais. É nesse sentido, que Valadares (1990, p. 6) fala sobre o materialismo histórico “[...] é a teoria científica capaz de desvendar a especificidade da opressão da mulher relacionando-a com o processo de exploração e dominação desenvolvida na sociedade de classes, especificamente hoje, na sociedade capitalista”. O desenvolvimento do processo investigativo, se deu em três graus, de acordo com a recomendação de Kosik (1976, p. 31):

- 1) Minuciosa apropriação da matéria, pleno domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis, disponíveis;
- 2) Análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material;
- 3) Investigação da coerência interna, isto é, determinação das várias formas de desenvolvimento.

Realizamos a pesquisa bibliográfica e documental composta em três etapas, objetivando alcançar os objetivos propostos, descritas nas etapas que constituíram a pesquisa, destacadas na Figura 01.

Figura 1. Fluxograma das etapas metodológicas da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na primeira etapa, foi realizada a pesquisa bibliográfica, que compreendeu nas leituras de resumos, fichamentos, entre outros, com vista à produção de um referencial teórico, para dar suporte às categorias de análise do objeto que foi estudado. Foi o ponto de partida onde as referências foram levantadas para conhecimento sobre o que já havia de estudos em relação ao problema investigado. Neste sentido, Fonseca afirma que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico indica-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já estudou sobre o assunto. Existem porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Corroborando com Fonseca, Brito (2016) nos diz que a pesquisa bibliográfica procura conhecer as teorias ou escritos sobre o tema nos livros e artigos. Na segunda etapa, foi realizada a pesquisa documental, que para Fonseca assemelha-se a pesquisa bibliográfica:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (Fonseca, 2002, p. 32).

Os documentos utilizados nesta pesquisa foram os cadernos de Relatórios da FETTAGRI Amazonas do período de 2010 a 2020 (Quadro 01).

Quadro 1. Cadernos de Relatórios da Fettaagri/Amazonas (2010 a 2020)

Relatórios de Formação	
ANO	TÍTULO
2010	2º Módulo Regional Amazonas Polo Tefé Amazonas
2012	1º Módulo do Curso Estadual de Formação Social do Polo Baixo Amazonas da 4ª Turma da Efofam
2012	2º Módulo do Curso Estadual de Formação Social do Polo Baixo Amazonas da 4ª Turma da Efofam
2012	3º Módulo do Curso Estadual de Formação Social do Polo Baixo Amazonas da 4ª Turma da Efofam
2014	1º Módulo do Curso Estadual de Formação 5ª Turma
2014	2º Módulo do Curso Estadual de Formação Social no Amazonas - 5ª Turma
2016	II Módulo do Curso Estadual de Formação da Federação da Efofam - V Turma
2017	II Módulo do Curso Estadual de Formação da Federação da Efofam - V Turma
2020	Relatório de Atividades de Sindicais Rurais Amazonas 2020
2020	Oficina de Base do rio Madeira

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios da Fettaagri/AM (2022).

Na terceira etapa, foi realizada a análise dos dados da pesquisa, onde buscamos analisar a Educação Não Formal presente nas experiências formativas dos movimentos sociais relacionadas às mulheres do campo. As análises dos dados foram fundamentadas nas categorias do Materialismo Histórico-Dialético: Contradição e Totalidade.

A pesquisa baseou-se no materialismo histórico-dialético, por considerar a Formação do Movimento de Mulheres do Campo Amazônico na Contag/Fettagri Amazonas interligada com o modo de produção da existência. O apoderamento deste método, permitiu-nos conhecer a realidade concreta em sua totalidade de múltiplas determinações. No método materialista histórico-dialético, a matéria determina a consciência. No processo de conhecimento, não basta só analisar as partes isoladas, é preciso compreender a totalidade contraditória e dialética das relações e determinações concretas. Para Saviani (2012, p. 128):

O concreto real antecede o processo de conhecimento. É a base, o suporte sobre o qual se apoia todo o processo cognitivo. O pensamento que intenciona compreender o concreto real, começa pela observação imediata, procede à sua análise fazendo intervir as categorias simples num processo de abstração podendo, de posse desses elementos, retornar ao todo reproduzido, agora como concreto de pensamento enquanto síntese de relações e determinações concretas.

Este método é histórico e dialético, pois se utiliza da história e das categorias totalidade e contradição para explicar a realidade concreta. O método materialista histórico-dialético proporcionou compreender a concepção de formação que predomina na Educação Não Formal, principalmente, nos Movimentos de Mulheres do Campo Amazônico, nos documentos da CONTAG/FETTAGRI-AM, no período de 2010 a 2020.

O uso de tais categorias de análise, viabilizou compreender os determinantes históricos da sociedade dividida em classes, e sua interferência no objeto estudado. Para Cury (1986, p. 21), as categorias “São conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações. Elas surgem da análise da multiplicidade dos fenômenos e pretendem um alto grau de generalidade”. Cury (1986, p. 30), afirma que “A Contradição não é apenas entendida como categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade”.

A categoria contradição exprime uma luta constante, estabelecendo a luta dos contrários, ou seja, cada coisa existente no real, há o seu contrário como determinação e negação do outro. Na acepção de Cury (1986, p. 30):

[...] A contradição sempre expressa uma relação de conflito no devir do real. Essa relação se dá na definição de um elemento pelo que ele não é. Assim, cada coisa exige a existência do seu contrário, como determinação e negação do outro. As propriedades das coisas decorrem dessa determinação recíproca e não das relações de exterioridade.

Desse modo, para captarmos o movimento do todo, foi preciso conhecer as partes, ou seja, é a teoria que questionou o processo formativo do movimento de mulheres do campo amazônico e desvelou a concepção de educação. Para Cury (1986, p. 36), “[...], a totalidade, então, só é apreensível através das partes e das relações entre elas”.

Para captação deste movimento, utilizamos a categoria totalidade, pois, esta categoria permitiu conhecer os fenômenos históricos e sociais presentes no processo formativo do movimento de mulheres do campo amazônico. No entendimento de Cury (1986, p. 35), “A totalidade não é um todo já feito, determinado e determinante das partes, não é uma harmonia simples pois não existe uma totalidade acabada, mas um processo de totalização a partir das relações de produção e de suas contradições”.

O conhecimento da concepção de educação presente na formação do movimento de mulheres do campo amazônico como totalidade concreta, se deu no processo dialético entre a totalidade e a contradição, em que a negatividade se fará presente. Para Cury (1986, p. 35):

É nessa dialética entre totalidade e contradição que o real pode ser entendido como um todo que implica sua criação, processos de criação, processos de concretização, estruturação e finalidade, num conjunto de elementos em que a negatividade se faz presente.

A sistematização do percurso investigativo desta pesquisa foi organizada em três Seções: A primeira: *Contexto Amazônico e as Educações no Objeto de Pesquisa*, que trata das Educações entrelaçadas no processo formativo da mestranda, com a Educação Informal, Formal e Não Formal, desde infância, passando pelos Movimentos Sociais e a Pós-graduação. A segunda Seção intitulada: *Movimentos Sociais, Mulheres e a Educação no/do Campo*, traz um breve histórico dos Movimentos Sociais, alguns conceitos, passando pelo Movimento de Mulheres e suas

principais correntes teóricas, e, o Movimento Social do Campo na luta pela Educação no/do Campo; e a terceira Seção: *Formação no Movimento de Mulheres no/do Campo Amazônico na CONTAG/FETTAGRI Amazonas*, que trata da história e o papel social CONTAG/FETTAGRI Amazonas, o contexto do Movimento de Mulheres no/do campo amazônico e o processo formativo desenvolvido na escola de formação. E as considerações finais.

1 CONTEXTO AMAZÔNICO E AS EDUCAÇÃOES NO OBJETO DE PESQUISA

Tudo Muda

*Aquilo que é superficial muda
Aquilo que é profundo muda também
O modo de pensar muda
Tudo muda neste mundo*

*O clima muda com os anos
O pastor muda o seu rebanho
E assim como tudo muda
Não é estranho como tudo muda
Não é estranho que eu mude também*

*A joia mais fina muda
O seu brilho, de mão em mão
O passarinho muda o seu ninho
Um amante muda o que sente*

*O andarilho muda o seu rumo
Mesmo que isso lhe traga problemas
E assim como tudo muda
Não é estranho que eu mude também*

*Muda, tudo muda
Muda, tudo muda
Muda, tudo muda
Muda, tudo muda
[...]*

*O que mudou ontem
Terá que mudar amanhã
Assim como eu mudo
Nesta terra distante
[...]*

Mercedes Sosa¹

A letra da música acima, eternizada na voz da cantora Argentina Mercedes Sosa simboliza uma trajetória de mudanças ocorridas ao longo de minha vida. Assim como na música, *Tudo Muda*, estamos sempre mudando, o nosso modo de pensar, ser e agir. Nesse percurso de mudanças na vida, está o da formação. Nesta seção, registro as vivências dessa caminhada, o contexto amazônico entrelaçado com as educaçãoes informal, formal e não formal presentes no meu processo formativo e as relações que estabeleço com o objeto de pesquisa. O texto é apresentado na primeira pessoa do singular e se justifica pela construção da subjetividade da trajetória de minha vida ao objeto de estudo.

¹ Haydée Mercedes Sosa (1935-2009) - cantora Argentina, “La Negra”, perseguida na Ditadura, presa e exilada tornou-se a voz dos oprimidos e dos que resistiam ao autoritarismo no continente, tornou-se sinônimo de luta e consciência dos povos latino-americanos por liberdade. A letra desta música, “Todo Cambia” é de composição do autor chileno Júlío Numhauser, foi eternizada na voz de Mercedes Sosa.

1.1 Educações entrelaçadas no processo formativo da mestranda

Nasci em uma comunidade ribeirinha chamada Araçatuba em Parintins, município pertencente à mesorregião do centro amazonense, localizado a leste do Amazonas em uma área territorial de 5.956,047 km² distante a 369 km em linha reta da capital Manaus. Com uma população estimada em 116.439 habitantes, Parintins (Figura 2) compõe os 62 municípios do Amazonas, é o segundo mais populoso do estado (IBGE, 2021). A cidade também é conhecida internacionalmente por realizar o Festival Folclórico de Parintins, cuja principal atração está na disputa entre os bois-bumbás Garantido e Caprichoso, representado pelas cores vermelho e azul respectivamente.

Filha de pais camponeses, a quarta de uma extensa família de doze irmãos, parte da minha infância vivi no campo, de onde trago as primeiras lembranças como nossas vidas mudavam de acordo com o ciclo das águas. Todos os anos elas chegavam devagarinho, inundando as terras onde morávamos, nos obrigava a partir e retornar só depois do seu recuo. A vida se passava entre várzea e terra firme, entre enchentes e vazantes, entre perdas de lavouras e boa produção. O rio que arrastava bananais e outras culturas, era o mesmo que deixava sedimentos para a fertilização do solo, favorecendo o sucesso de novas safras.

A dinâmica da natureza nos fazia viver um eterno recomeço, era no puxirum² que homens, mulheres e crianças se encontravam para plantio e colheita da roça, para a reconstrução das moradias, da escola e das vidas.

Nesse processo de socialização do trabalho, cooperação, solidariedade e compartilhamentos de saberes e aprendizagens desenvolvíamos a Educação Informal. Nessa perspectiva, Gohn (2013, p. 16) evidencia que a Educação Informal “como aquela na qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clubes etc.).” Segundo a autora, “A informal incorpora valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Os indivíduos pertencem àqueles espaços segundo determinações de origem, raça/etnia, religião etc.” Corroborando com Gohn, Alonso (1992), nos diz que a educação informal ocorre nos espaços de possibilidades educativas no decurso da vida dos indivíduos, como família, de forma

² Puxirum, também conhecido como ajuri ou mutirão é ajuda mútua, em que um grupo de pessoas se reúne por um dia para desenvolver o trabalho coletivo sem pagamento da força de trabalho.

permanente. Desse modo, o puxirum era onde nos socializávamos, no qual os saberes tradicionais adquirido ao longo dos anos pelos mais velhos eram compartilhados com os mais jovens da comunidade.

Figura 2. Cidade de Parintins (vista aérea)



Fonte: Williamferreiraam – Obra do próprio, CC BY-SA 4.0, disponível em: <https://atstur.com/pt/cidade-de-parintins/>

O ano letivo também seguia o movimento das águas, entre cheias e secas, lembro-me das longas caminhadas que eu e meus irmãos fazíamos para chegar à escola, um espaço de uma única sala de aula e condições precárias. Era lá que nos esforçávamos para assimilar a vogal U a uma fruta que ninguém conhecia, a uva. Era nesse contexto que chegava a Educação Formal. Gohn (2013, p. 17) pontua que “na educação formal esses espaços são territórios das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras organizadas segundo diretrizes nacionais”.

Essa realidade da educação era o que nos ofereciam: escola sem infraestrutura, sem transporte e um currículo alheio a nossa realidade, pois era pensado para a cidade, para a produção urbana, era o modelo de educação rural. Não era a nossa escolha estudar em uma escola com um currículo alheio a nossa realidade e nem viver aquela história. Segundo Marx (2011, p. 30), “Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não

são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

Vivíamos a década de 70, época da Ditadura Militar, um golpe civil-militar instaurado no Brasil em 1964 e que durou 21 anos. Um período de repressão dos direitos civis e políticos que deixou marcas de tortura, prisões arbitrárias, sequestros, assassinatos, assim como rastros na educação, a partir da criação da Lei nº 5.692/71³. Esta lei trouxe uma proposta tecnicista, com a finalidade de treinar cedo estudantes para servirem ao capitalismo, sistema econômico em vigor no período perpetuado até os nossos dias. Portanto, negado a nós, sujeitos do campo, o direito a educação enquanto processo de formação amplo e plural capaz de nos sensibilizar para as questões de desigualdades, injustiças sociais, no sentido de questionarmos e transformarmos nossas realidades.

Tratada com descaso e abandono pelo poder público, uma “espécie de resíduo do sistema educacional brasileiro”, a escola oferecida na época resumia-se as quatro primeiras séries, tinha problemas como falta de infraestrutura, currículo alheio a nossa realidade, professor com visão do mundo urbano, escola alienada aos interesses dos camponeses, entre outros (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011). Diante desse contexto, para avançarmos nos estudos, meus pais deixaram o campo.

A minha trajetória escolar na cidade, do ensino fundamental ao médio ocorreu em três escolas públicas. A primeira chama-se Ministro Waldemar Pedrosa, ficava a cinco minutos da minha casa, uma maravilha, para quem costumava caminhar por mais de uma hora para chegar na escola anterior. Além do fácil acesso, minha mãe não precisava mais colocar uma porção de peixe com farinha numa lata de leite, como fazia na escola anterior, nesta havia merenda. Fiquei nessa escola até a 4ª série, o antigo primário.

A segunda escola, chama-se São José Operário, ficava a 15 minutos de casa, nela estudei de 5ª a 8ª série. Nesse período, pouco me interessei pelos livros, pois achava as aulas chatas e não entendia a matemática, achei logo uma culpada, a professora. Preferia o handebol, o atletismo, os jogos escolares. Não faltava um treino e nem ficava fora de nenhuma competição disputada pela nossa escola. Resultado, reprovei na sétima série e fiquei fora dos jogos por baixas notas. No ano seguinte, a

³ Lei nº 5.692/71- Fixou as diretrizes de implementação do ensino de 1º e 2º graus. Elaborada na Ditadura Militar. Foi revogada pela lei 9394/96.

professora de matemática já não era mais a mesma, a nova tinha voz calma, tranquila e uma paciência para ensinar. De repente tudo ficou simples, fácil, passei a amar a matemática e a professora, voltei para os esportes, agora com boas notas.

A terceira escola, Colégio Nossa Senhora do Carmo, ficava a uma hora de nossa casa, era uma escola tradicional dirigida pelas irmãs da igreja católica de nossa cidade. Nela cursei o ensino médio em Magistério, cujo acesso se deu pelo processo seletivo. Como excelentes notas nas disciplinas de matemática, física, química, garanti minha participação na seleção de handebol da escola durante os três anos.

O meu processo educativo da educação formal se dera nos espaços escolares. Do Campo onde iniciei, à cidade, onde segui nas escolas públicas. Nesse sentido, Gadotti (2005) diz que educação formal tem estruturas hierarquizadas e ocorre prioritariamente nos espaços escolares e universitários:

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, de determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação (Gadotti, 2005, p.2).

Após terminar a educação básica, o sonho de ingressar ensino superior foi adiado, não só pela inexistência de universidade em nossa cidade, mas, sobretudo, pelas condições materiais de minha família que não me possibilitava morar na capital, distante a 30 horas de barco de nossa cidade, onde ficavam as universidades.

A indefinição sobre minha formação acadêmica foi “resolvida” com uma sugestão de trabalho oferecida pelos vizinhos nossos. Dar aula de reforço escolar em casa para seus netos em uma capital da região sudeste do país, já que minha formação era no magistério. Arrumei as malas, guardei os sonhos e segui viagem. Parecia uma proposta boa, teria casa e salário, poderia fazer um cursinho pré-vestibular e ingressar na tão sonhada universidade. Mas, não foi bem isso que aconteceu, além das aulas de reforço, o trabalho estendeu-se a outros serviços domésticos e não houve regularidade quanto ao pagamento do salário, por conta disso, retornei depois de quase um ano.

De volta ao Amazonas, depois de um tempo desempregada, atuei como professora numa escola do campo em Parintins na Comunidade de Samaria, localizada na região da Valéria, divisão entre o Estado do Amazonas e Pará, distante 52 km da sede do município. Para chegar ao local de trabalho, passei quatro horas

numa embarcação e mais de duas horas de caminhada numa estrada de barro, um desafio para quem vive numa região de dimensões continentais, como a Amazônia.

Acolhida de forma calorosa pela comunidade, já sem professor há alguns meses, assumi uma turma multisseriada, sistema em que as crianças de diferentes idades e níveis são agrupadas em única sala de aula. Além de professora, também assumi outras responsabilidades, como pedagoga, diretora, entre outras, pois eu era a única funcionária contratada pelo município, ou seja, exercia a unidocência⁴.

Essa experiência me deixou profundas lições de solidariedade com sujeitos daquela localidade, a exemplo disso, a limpeza de uma área para as crianças praticarem atividades esportivas, onde toda a comunidade atendeu ao nosso convite e se reuniu num trabalho coletivo. Infelizmente, tive que deixar o trabalho por falta de pagamento do salário.

Em 1996, fui apresentada pelo encenador Rui Brito, professor do Centro de Artes da UFAM (CAUA), ex-integrante do GRUTA (Grupo de Teatro Universitário do Amazonas) ao teatro popular, ao teatro político. Com ele, ensaiamos inúmeras peças, algumas apresentamos, outras não. Entre as quais “A farsa da saúde em LogroPin”, que denunciava a situação da saúde pública em Parintins, o “Auto da Barca do Inferno”, “O Rico Avarento”, o “Operário em Construção” entre outras.

Vivíamos uma época em que o neoliberalismo avançava no Brasil, com altas taxas de desemprego, alto índice de corrupção, aumento as desigualdades sociais e concentração de renda para os ricos. Sobre o comando de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o FHC, como ficou conhecido, governou o Brasil de 1995 a 2002. A resistência à sua política privatista e neoliberal, foi por meio do teatro.

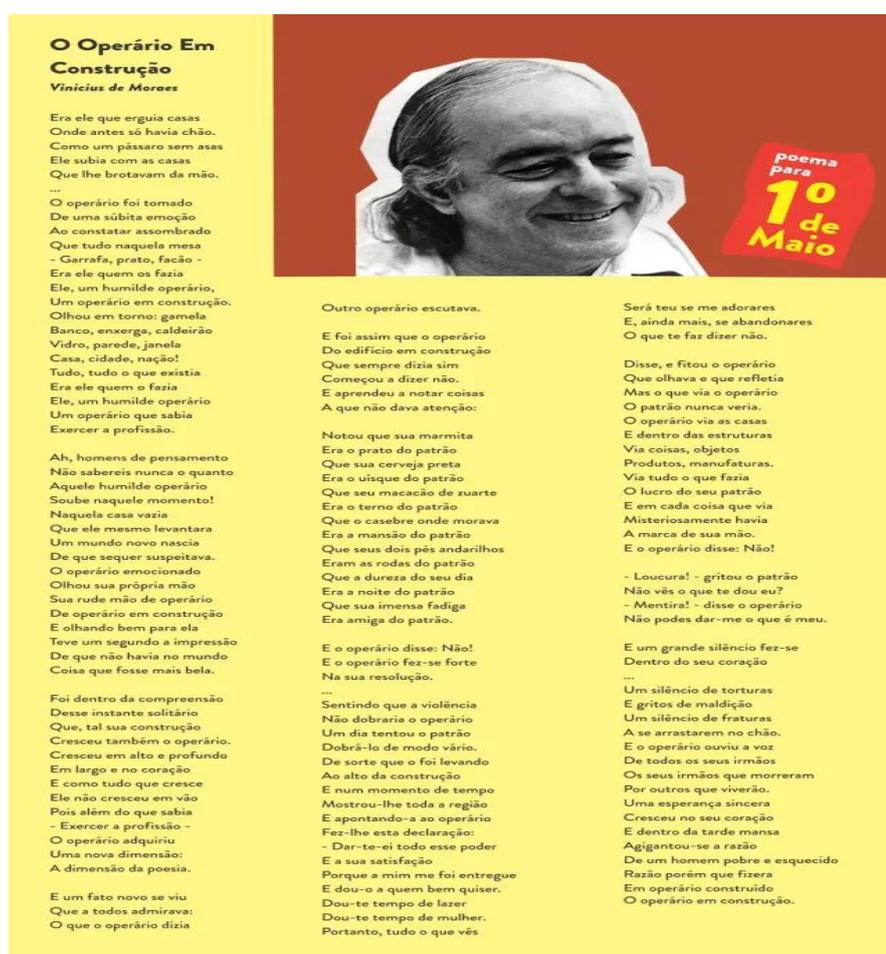
Nossos palcos passaram a ser as ruas, praças, sindicatos, associações, universidades, escolas, entre outros. O fazer teatral era assegurado pelo corpo e pela nossa voz, pois não tínhamos recursos econômicos para grandes cenários. O mais importante era passar a mensagem ao espectador, incentivar uma reflexão crítica da sociedade a partir das peças encenadas. Nesse sentido, Boal (1991) afirma que historicamente o teatro tem sido apropriado pelas elites e colocados em imóveis luxuosos, pois quando o povo pratica tende a se pode tornar perigoso. Quem faz teatro

⁴ Unidocência - União dos conteúdos de todas as disciplinas ministradas por um único professor, também conhecido como monodocente, polivalente, multidisciplinar. O professor unidocente trabalha com várias séries simultaneamente numa mesma sala de aula, com estudantes de diferentes faixas etárias.

feito pelas classes dominantes reproduzem imagem de sua classe e de um mundo que lhes convém. “[...] o espectador teatral popular (o povo) não pode continuar sendo vítima passiva dessas imagens” (Boal, 1991, p. 180).

Desse modo, para mostrar uma outra imagem a sociedade, a dos dominados, levávamos espetáculos a eventos organizados por diversos movimentos sociais, entre os quais, uma plenária de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parintins, onde fiz a minha primeira apresentação com a peça “O Operário em Construção” (Figura 2), baseada no poema de mesmo nome de autoria do poeta Vinícius de Moraes.

Figura 3. Poema o “Operário em Construção” de Vinicius de Moraes



Fonte: Disponível em: <https://coletivocopel.wordpress.com/2018/05/03/operario-em-construcao-obra-de-vinicius-de-moraes/>

Tal qual o operário do edifício em construção, que “aprendeu a notar coisas que não dava atenção”, o teatro me fez perceber as contradições da sociedade, as desigualdades sociais e econômicas de um sistema que concentra a riqueza nas

mãos de poucos e deixa milhares na miséria. Era preciso organizar e conscientizar a sociedade, construir a luta coletiva.

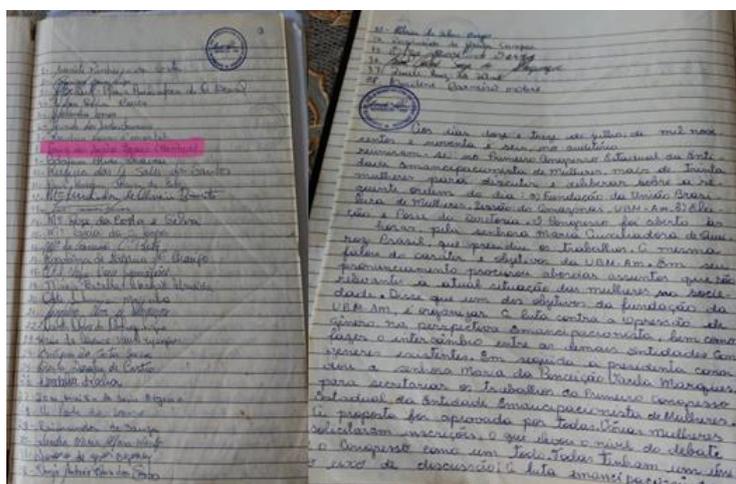
Desse modo, além dos palcos do teatro, também passei atuar nos palcos da vida política, ingressei no PCdoB/AM (Partido Comunista do Brasil/Amazonas), Partido da Guerrilha do Araguaia⁵ e de marcantes atuações e mobilização do povo e da classe trabalhadora brasileira. Por meio dele, ao mesmo tempo em que militava nos movimentos sociais, participava também de cursos de formação política para organizar e elevar a consciência de classe.

Assim o teatro, os movimentos sociais e o partido eram os espaços, nos quais, se dava o meu novo processo educativo, o da Educação Não formal. Nesse sentido, Gohn (2011, p. 108) afirma:

Os espaços onde se desenvolvem ou se exercitam as atividades da educação não formal são múltiplos, a saber: no bairro-associação, nas organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos e nos partidos políticos, nas Organizações Não Governamentais, nos espaços culturais, e nas próprias escolas, nos espaços interativos dessa comunidade educativa etc.

Ainda em 1996, participei do Congresso de fundação da União Brasileira de Mulheres-UBM/AM (Figura 4). Entre os vários objetivos aprovados daquele Congresso, estava em organizar a luta da mulher no Amazonas.

Figura 4. Ata de Fundação da União Brasileira de Mulheres/Amazonas



Fonte: Arquivos da UBM/AM (2022)

⁵ Guerrilha do Araguaia- resistência armada organizada pelos comunistas em oposição ao terror da ditadura militar na área da região amazônica banhada pelo rio Araguaia entre o sul do Pará, sudoeste do Maranhão e o norte de Tocantins. Jovens, mulheres, e experientes dirigentes comunista, entre os quais João Amazonas, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo e Elza Monnerat compuseram os guerrilheiros e guerrilheiras da resistência armada. Para mais informações <https://pcdob.org.br/documentos/pcd>

No retorno do Congresso organizamos a UBM em Parintins, a pauta das mulheres era extensa, entre as quais o combate as várias formas de violência contra as mulheres e a luta pela implantação pelo conselho da condição feminina (assim chamado na época), hoje Conselho Municipal do Direito da Mulher. Outra organização que ingressei, foi da União da Juventude Socialista (UJS), cujo objetivo estava em defender os direitos da juventude à liberdade, ao trabalho, educação, saúde, esporte, lazer e cultura. Nesse período, entre lutas e organização da juventude, criamos junto com outros jovens que dirigiam a entidade, um cursinho pré-vestibular gratuito para estudantes de baixa renda. O retorno foi cem por cento, todos os egressos do cursinho da UJS entraram no ensino superior, inclusive eu.

Cabe destacar que, ao organizar o movimento de mulheres e de juventude, desenvolvia uma aprendizagem por meio da prática social, suposto básico da educação não formal. Desta maneira, Gohn (2011, p. 111) afirma:

É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção do conhecimento ocorre não só pela absorção dos conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio das vivências de certas situações problema. As ações interativas entre os indivíduos são fundamentais para aquisição de novos saberes[...]

Foi assim que ingressei na primeira turma do curso de letras da recém-criada Universidade do Estado do Amazonas (UEA), instituída pela Lei Nº 2637 de 2001 na Gestão do governador Amazonino Mendes. A criação da UEA em 2001 foi fundamental para a interiorização da universidade pública no estado do Amazonas. Por meio dela, muitos amazonenses puderam ter acesso à educação superior. No entanto, junto com a criação da universidade, várias demandas também foram surgindo como a questão da infraestrutura, a falta de professores, de equipamentos, de laboratórios, de Restaurante Universitário (RU), entre outros. Era preciso organizar os estudantes, debater os problemas e propor soluções.

Nesse contexto, iniciei a militância do Movimento Estudantil (ME) no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA). Nossa força política disputava eleição para tudo, entre elas o Diretório Regional dos Estudantes (DRE). Perdíamos uma eleição, ganhávamos em outra, reuníamos com o Diretor da Unidade, com o Reitor, levávamos demandas, apresentávamos propostas, muitas eram atendidas, outras não, e assim a Universidade ia se democratizando, se consolidando no estado

do Amazonas. Vivi intensamente a universidade nesse período, entre as atividades do M.E, momento em que presidi o Centro Acadêmico de Letras (CAL), ajudava na organização de semanas de Letras, fazia teatro, declamava poesia, organizava debates, atos, entre outros. Em 2003, parti com a delegação de Parintins para se juntar a delegação do Amazonas rumo ao Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) e em 2005 me juntei a delegação brasileira no Congresso internacional da juventude na Venezuela.

O curso propiciou-me o contato com a Linguística e suas dimensões e manifestações da linguagem humana; com as Literaturas: brasileira, portuguesa, amazonense; e demais disciplinas que foram importantes para minha formação acadêmica. A relação com a literatura e o teatro levou-me a participar como bolsista do Programa de Fomento à Iniciação Científica (PROFIC) com o projeto: A Prática do Teatro na Disciplina Literatura Brasileira no Ensino Médio, tendo como orientadora a professora Edinelza Macedo Ribeiro no período de 2003 a 2004 realizado no CESP/UEA financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Em 2005, mudei para Manaus, e no ano seguinte atuei na docência como professora de Língua Portuguesa na Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC/AM) para turmas do Ensino Médio noturno. A maioria dos estudantes era adulto, e tinha que conciliar trabalho e escola, enfrentavam um terceiro turno na perspectiva de uma melhor qualificação e remuneração no mercado de trabalho. Realidade considerada comum numa sociedade de classes, em que expansão da escola para o povo se dá "...nos limites da formação de mão de obra e da difusão dos valores dominantes, de acordo com os interesses dos proprietários dos meios de produção..." (Saviani, 2011, p. 8).

Nesse período, tive contato com a União de Negros e Negras pela Igualdade do Amazonas (UNEGRO/AM), Movimento fundado pelo meu companheiro, Emmanuel Medeiros (In memoriam). Com ele vivenciamos muitas lutas, entre as quais a luta pela terra do Quilombo do Tambor, no Município de Novo Airão, e a luta pelo reconhecimento das terras dos Quilombolas do Município de Barreirinha.

Também me integrei as ubemistas de Manaus. A experiência com o teatro e a militância no movimento de mulheres, levou-me em 2006 a remontar com outras

feministas a peça intitulada: “E não foram felizes para sempre”. Uma peça que trazia a violência doméstica para o debate nos locais onde apresentávamos.

Em 2010, atuei em turmas de Ensino Fundamental na SEDUC em Manaus/AM, depois deixei a docência para assumir tarefa partidária no gabinete de uma vereadora do PCdoB/AM em 2011 e 2012.

Retornei a Parintins/AM em 2013, com a tarefa de gerenciar e colocar em funcionamento, por meio da Secretaria de Estado de Produção do Amazonas (SEPROR/AM), o Centro de Capacitação Rural da Vila Amazônia, localizado na Comunidade do Açaí, na Gleba de Vila Amazonia, a 30 minutos de balsa da sede do município de Parintins até a Vila e mais 40 ou 60 minutos de estrada de barro. Para chegar no local, as vezes íamos de ônibus, outras de carro e na maioria das vezes de moto (Figura 5). Era rezar para não chover, pois uma parte da estrada ficava totalmente escorregadia (chamado de “liso” pelos sujeitos da Vila Amazonia), o que nos levou algumas vezes a tombos e chegar na escola cheios de lama. São um dos desafios Amazônicos, uma vez que as políticas públicas são ausentes na região.

A partir da concepção da Educação do Campo, na qual a gestão deve ser democrática e participativa e as decisões precisam ser tomadas de forma coletiva, demos voz aos sujeitos para que estes pudessem indicar o funcionamento daquele espaço.

Figura 5. Indo para a Comunidade do Açaí (Autora e Emmanuel Medeiros)



Fonte: Arquivos da autora (2013).

Desta forma, além de cursos de capacitação relacionados ao trabalho, a principal reivindicação dos sujeitos região, estava em implantar o modelo de Casa Familiar Rural, com o sistema de Alternância⁶. Eu e Emmanuel Medeiros (In Memoriam), coordenador do Polo SEPROR, na época, demos sequência aos cursos indicados, como psicultura, bovinocultura, informática, inglês, entre outros, e encaminhamos a proposta da Casa Familiar Rural ao Secretário da SEPROR Eron Bezerra para dar viabilidade a reivindicação. Todas essas políticas públicas em andamento foram interrompidas com o fim da gestão do governo da época, infelizmente, a política era de governo e não de estado.

Um capítulo à parte dessa experiência foi a realização de uma oficina de teatro. Ministrado pelo professor Rui Brito e apoiada por Emmanuel Medeiros, homens, mulheres e crianças, vinham de várias comunidades por diferentes meios de transportes: bicicleta, moto, ônibus ou caminhando por mais de uma hora pela floresta para participar da oficina, que culminou com a montagem da peça “O Rico Avarento” (Figura 6), de Ariano Suassuna⁷. Além da melhoria nas habilidades de leituras, os sujeitos do campo comprovaram que qualquer um pode fazer teatro, ator, não ator e até os sujeitos do campo.

⁶ Pedagogia que teve sua prática e sua teoria iniciada na França (1935), conhecida como Pedagogia da Alternância, adotada pelas Casa Familiares Rurais (CFRs), em que o processo ensino-aprendizagem se dá em dois tempos: Tempo Comunidade e Tempo Escola possibilitando ação-reflexão-ação dos sujeitos do campo.

⁷ Ariano Suassuna (1927-2014) foi um escritor, poeta romancista, ensaísta e dramaturgo, professor, advogado e membro da Academia de Letras. Autor de diversas obras entre as quais “O Rico Avarento” e “O Auto da Compadecida”. Disponível em https://www.ebiografia.com/ariano_suassuna/.

Figura 6. Rui, Emmanuel e atoras e atores da peça “O Rico Avarento”.



Fonte: Arquivos da autora (2014).

Em 2016, assumi a coordenação estadual provisória da UBM que juntamente com outras camaradas preparamos o 10º Congresso Estadual de 2017, momento em que fui eleita para coordenar a entidade no triênio 2017/2020. Era um momento difícil, pela qual passava nosso país, cujo golpe de 2016 não só atacava a primeira mulher eleita democraticamente, a presidenta Dilma Rousseff, mas, sobretudo, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

A entidade seguiu na luta, na resistência e na conscientização da sociedade. Dirigiu o Conselho Estadual dos Direito da Mulher (CEDIM), teve assento nos Conselhos Municipal do Direito da Mulher de Manaus (CMDM), momento que fui conselheira representando a entidade. Além desses, também teve assento na Secretaria Estadual da Juventude Esporte e Lazer/Amazonas (SEJEJ/AM), no Conselho Municipal de Saúde (CMS/MAO), integrou a União de Negro e Negra pela Igualdade (UNEGRO), o Fórum Permanente de Mulheres de Manaus (FPMM), ente outros. Produziu letras para a Banda “Maria Vem com as Outras”⁸, panfletos, notas de repúdio, notas de solidariedade, organizou palestras, workshop, seminários, participou de atos em defesa da vida, contra o machismo, contra a violência, contra o feminicídio e importunação sexual, foi às ruas pela aposentadoria, contra a reforma

⁸ Banda Maria vem com as outras surgiu no Carnaval de Manaus em 2010, com o objetivo de mobilizar mulheres contra a violência doméstica e importunação sexual.

da previdência e trabalhista, pela democracia, contra Bolsonaro e outras atividades (Figura 7).

Figura 7. UBM/AM no ato contra a reforma da Previdência em Manaus/AM



Fonte: Arquivos da autora (2019).

1.2 Educação Formal na Pós-graduação: Da Especialização em Educação do Campo ao Mestrado em Educação

A Educação Formal na Pós-graduação conduziu-me a novos saberes e conhecimentos que me trouxeram reflexões fundamentais para a construção de meu processo formativo acadêmico. Sendo assim, em 2017, a militância no movimento de mulheres, propiciou-me o ingresso no curso de Especialização em Educação do Campo Práticas Pedagógicas na Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pois o edital contemplava os movimentos sociais.

Com carga horária de 520h, o curso dividiu-se em tempo universidade e tempo comunidade com eixos articuladores que falavam das lutas e trabalho no campo; fundamentos da Educação do Campo; Educação do Campo na Amazônia e Práxis da Educação do Campo; e eixos temáticos entre os quais Estado e políticas públicas em Educação do Campo; Fundamentos epistemológicos da Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Pedagogia histórico-critica prática social, entre outros.

Esses eixos foram trabalhados no *tempo universidade* nas aulas teóricas, cujo referencial me oportunizou conhecer a Educação do e no Campo, desde sua concepção. Uma história protagonizada pelos trabalhadores e trabalhadoras do

campo, emergida da articulação e lutas dos Movimentos Sociais. Compreendi que, a luta do povo do campo por políticas públicas significa a garantia a um direito o direito à educação, à Educação do Campo, mas que seja *no* e *do* campo, pois conforme Caldart (2004, p.17), “[...] *No*: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; *do*: o povo tem direito a uma participação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais [...]”.

Aprendi também, que a concepção de educação do campo surgiu das lutas dos sujeitos do campo, as quais, reivindicavam uma educação diferente da educação rural, por entenderem que ela formava indivíduos apenas para o mercado trabalho. Defendem também, que a educação do campo tem que ser uma concepção que compreenda que os sujeitos têm histórias, tem nomes e rostos, participam da luta, por isso eles também são detentores de conhecimento, capazes de se autodirigir (Borges, 2016).

O *tempo comunidade* foi o momento que desenvolvemos nossa pesquisa, com registro de experiências e práticas que nos permitiram a troca de conhecimento. Deste modo, com outras colegas do curso, fizemos uma oficina com as Mulheres na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé (RDS/Tupé) município de Manaus/Amazonas, resultando no artigo intitulado: Contribuições da Perspectiva Histórico-Crítica à formação do Movimento de Mulheres no Campo Amazônico (MEDEIROS et al, 2023). Nessa experiência, utilizamos os cinco passos estruturados por Gasparin (2005): A Prática Social Inicial, Problemática, Instrumentalização, Catarse e Prática Social Final. Constatamos a viabilidade da Pedagogia Histórico-crítica a um ambiente não escolar, tornando-se um importante instrumento dialético para levar conscientização e transformação da realidade das mulheres do campo.

O processo da Educação Formal na Especialização propiciou-me conhecer teorias que fundamentavam a educação do campo e a trajetória da construção de um direito do povo que vive e trabalha no campo, o direito à Educação do Campo.

Na sequência do meu processo formativo na pós-graduação, em 2021 ingressei, mediante exame de seleção do Edital 001/2021 PROPESP/UFAM, no Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE na linha de Pesquisa 3: Formação e Práxis do(a) Educador(a) Frente aos Desafios Amazônicos.

Com duração de dois anos, o curso dividiu-se em semestres e as disciplinas foram ministradas de forma remota na sala virtual, devido a impossibilidade de encontros presenciais, por conta das medidas de isolamento social impostas pela portaria 356/2020⁹ devido à Pandemia do Coronavírus (COVID 19).

No primeiro semestre, tivemos as disciplinas: Metodologia da Pesquisa Científica em Educação; Educação, Culturas e Desafios Amazônicos e Atividades Orientadas 1. Desenvolvida por meio de aulas expositivas e estudo de textos indicados, seguido de debates, discussões e apresentações na sala virtual, estas disciplinas possibilitaram-me refletir sobre processo da construção do conhecimento científico, a educação frente aos desafios amazônicos, o papel do estado e a educação.

No segundo semestre, tivemos as disciplinas Formação do Educador: Tendências, Perspectivas e Novas Abordagens Teórico-Metodológicas; Seminário de Pesquisa; Materialismo Histórico-Dialético e Atividades Orientadas 2. Nesses estudos, fizemos exposições dialogadas com temáticas das disciplinas e estudos dos textos indicados, que me fizeram compreender as tendências e abordagens relativas ao processo de formação de professores, a ciência sob uma perspectiva histórica e os fundamentos do pensamento marxiano e os pressupostos do materialismo histórico-dialético.

Ainda no segundo semestre de 2021, foi realizado o Estágio Docência na disciplina Gestão e Planejamento educacional, que conforme apontam Silva, Oliveira e Cacau (2021), é uma obrigatoriedade para os estudantes bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e um pré-requisito para a atuação docente, bem como do papel da pós-graduação no processo de desenvolvimento formativo e profissional de futuros/as professores/as universitários/as. Desse modo, esse estágio foi muito importante para a compreensão das relações entre gestão e planejamento educacional, me possibilitou a construção de novos conhecimentos e contribuiu para minha formação e preparação para a docência do ensino superior.

⁹ A Portaria Nº 356, de 11 de março de 2020. Publicada no Diário Oficial da União em 12/03/2020. Edição 49, Seção 1:185 no Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>. Acesso em 27/02/2023.

Além das disciplinas e estágio docência, participei de outras atividades que me ajudaram na construção da dissertação, como: seminários, colóquios e webinars, dos quais destaco: Seminário Internacional sobre: “Meta-Epistemologia de Contextos e Metapsicologia de Contextos”, Webinars: Ética em pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais: O sistema CEP/CONEP em perspectivas, promovido pela Associação Brasileira de Antropologia, organizado pela Comitê de Ética em pesquisa nas Ciências Humanas. V Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígena e Quilombolas no Pará; I Seminário de Grupos de Pesquisa da UFAM: Cenários e Desafios, organizado pela PROPESP da UFAM; A importância da Internacionalização nos Cenários Nacionais e Internacionais organizado pela PROPESP/UFAM.

Não poderia deixar de destacar nesse meu processo de formação, a minha participação no Grupo de Estudo e Pesquisa Educação do Campo, Currículo e Formação de Professoras e Professores na Amazônia (Figura 8), liderado pela minha orientadora professora Dra. Heloisa da Silva Borges e como vice-líder a professora Dra. Taiany da Silva Guedes. Nossos encontros foram permeados de debates, leituras e apresentação dos textos lidos, além de compartilhamentos de artigos e livros relacionados a nossa pesquisa, que impactaram positivamente a minha carreira acadêmica e profissional, trazendo grandes benefícios para a minha formação.

Figura 8. Grupo de Estudo e Pesquisa Educação do Campo, Currículo e Formação de Professores



Fonte: Arquivo da autora (2022).

Ao fazer este relato das minhas vivências, experiências e militâncias, o processo educativo e formativo com os movimentos sociais, entre eles o movimento de mulheres, justifico a escolha do objeto desta pesquisa. Reporto-me a Laville e Dionne (2008, p.39) quando afirmam:

[...] objeto de estudo; define-se em função do pesquisador, de sua intervenção, de sua relação ativa com o objeto de estudado: O que o pesquisado traz para a pesquisa? Quais preocupações, perspectivas, concepções prévias influenciam sua pesquisa? Com quais consequências para os saberes produzidos? Em outras palavras, o papel do pesquisador é reconhecido, bem como sua eventual subjetividade, que se espera, todavia, ser racional, controlada e desvendada [...] E sob esse ângulo que, a partir de então, define-se a objetividade, relacionada mais ao sujeito pesquisador e seu procedimento do que ao objeto de pesquisa.

A escolha do objeto se relaciona com a minha subjetividade construída ao longo minha trajetória de vida, transversalmente das variadas educações: a informal, construída com as vivências de minha família, amigos e parentes, a formal, construída na escola, universidade e a não formal construída com os movimentos sociais, onde atuei ao longo de minha caminhada.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS, MULHERES E EDUCAÇÃO DO CAMPO

*“Proletário de todos os países, uni-vos!”
Marx e Engels*

Historicamente a sociedade tem vivido uma luta de classe, e os movimentos sociais, ao mesmo tempo que demonstram contradições da classe hegemônica, lutam por mudanças, assim, são os movimentos de mulheres e os movimentos sociais do campo. Nesta seção, trago um breve histórico dos movimentos sociais e alguns conceitos, passando pelo movimento de mulheres, suas principais correntes teóricas e o movimento social do campo na luta pela educação no/do campo.

2.1 Breve histórico dos movimentos sociais

A história dos Movimentos Sociais nos remete a história dos movimentos operários. No final do século XVIII, com a Revolução Industrial e a invenção da máquina a vapor, novas técnicas de produção foram desenvolvidas e novas formas de organização de trabalho. Os trabalhadores, agora operários, porque operavam as máquinas, passaram a trabalhar em grandes galpões e os produtos, feitos anteriormente de forma manual, passaram a ser produzidos por máquinas. Essa generalização do trabalho trouxe novas formas de exploração, concentrando mais lucros para os patrões e menos salários para os operários (Giannotti, 2007).

Não tinha limites para a burguesia encher os bolsos. Homens, mulheres e crianças tornaram-se escravos não só delas, como das máquinas também, trabalhavam, de 14 a 16 horas por dia, durante 7 dias da semana, sem descanso, sem domingos, sem férias. Mas, os piores atos de barbaridade estavam descritos em relatórios que Engels (1985, p. 189) teve acesso: “[...] crianças tiradas da cama completamente nuas pelos vigilantes que as empurravam a murros e a ponta pé para a fábrica, com as roupas debaixo do braço, batem-lhe para mantê-las acordadas[...]”.

Os operários ingleses, para se libertar de tal situação, que os colocava em nível de animal, e ter uma vida mais humana, só poderiam fazer entrando na luta contra a burguesia. Assim, a revolta dos operários contra a burguesia atravessou diversas fases, sendo a primeira forma mais brutal, como crime. O roubo foi a forma encontrada para fugir da miséria, da indigência. Método, considerado mais tarde, como ineficaz. A outra forma que a classe operária encontrou para se opor a

burguesia, foi a revolta contra as máquinas, em um movimento denominado Movimento Luddista, nome dado em homenagem ao seu maior incentivador, o inglês John Ludd. Outra conquista foi o direito à livre associação e o Movimento Cartista, considerado o primeiro movimento político dos trabalhadores. E, 1825, foi criada a União dos Fiadores de algodão, associações sindicais ou (trade-unions) (Engels, 1985; Giannotti, 2007; Montañó; Duriguetto, 2011).

Historicamente, a sociedade tem vivido uma luta de classe, como vimos anteriormente, e é nesse contexto que Marx e Engels ao escreverem o Manifesto Comunista em que demonstram como a sociedade vivia em dois campos opostos:

A história de toda a sociedade até hoje existentes é a história da luta de classe. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito (Marx & Engels, 2010, p. 40).

Passado mais de um século e meio desde que foi lançado, a sociedade vigente continua dividida em campos opostos. De um lado as classes opressoras, e de outro, as oprimidas, ambas vivem um antagonismo revestidos de formas diferentes em diferentes épocas.

Muitos Movimentos Sociais têm se inspirado neste Manifesto, da mesma forma, demonstram as contradições da sociedade, e lutam por mudanças na sociedade. Apesar de gerarem saberes e aprendizagens coletivas em decorrência de suas práticas cotidianas, grandes lacunas permanecem na produção acadêmica a respeito deles como: o próprio conceito; a qualificação como algo novo.

Há várias correntes teóricas que os influenciam. Gohn (2014) faz um resumo dessas correntes a respeito dos Movimentos Sociais: a histórico-estrutural, baseadas nas abordagens de Marx, Gramsci, Lefevre, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Lênin, Mao Tse Tung; a culturalista-identitária, baseada no idealismo kantiano, o romantismo rousseauiano, as teorias utópicas e libertárias do século XIX, o individualismo nietzschiano, abordagem fenomenológica e as teorias da sociologia weberiana, a escola de Frankfurt e a teoria crítica de uma forma geral além de Hegel, Foucault, Habermas Bobbio, Arent, Gilddens, Bourdieu, Touraine, Melucci; e a institucional/organizacional comportamentalistas que se desenvolveu nos estados

Unidos, mas tem adeptos na Europa, principalmente, na Inglaterra. As teorias liberais do século XVII e XVIII que dão suporte teórico para essa corrente, que tem Adam Smith, John Locke, JS, Mill, entre outros como ícones.

Mas é como uma ação coletiva que a maioria dos autores que estudam os Movimentos Sociais os inclui, vejamos alguns conceitos: Para Gohn (2014), o Movimento Social se manifesta por uma ação coletiva decorrente de uma luta sociopolítica, econômica e cultural composto de demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias. Esses elementos se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações.

Borges e Vilhena Junior (2013, p.17) dizem que o movimento social “representa a vontade da sociedade, ou parte de um determinado coletivo, por meio de ações para atingir a mudança social desejada.” Para os autores, o movimento social é importante porque a sociedade decide se organizar coletivamente com vista a transformá-la, alcançando as mudanças sociais.

Melucci (2001, p. 35) expressa que “um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos”. Para o autor, um movimento surge a partir da necessidade de se contrapor ao oponente com a finalidade de dominar e controlar os recursos valorizados pelo ator coletivo e pelo adversário.

Conforme salienta Sherer-Warren (1987, p. 20), os movimentos sociais são como uma “ação grupal voltadas para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)”. Nesta fala, o autor enuncia que, os movimentos sociais agem em grupo com o objetivo de transformação, com vista a alcançar os objetivos, orientados por uma ideologia, sob uma organização diretiva.

O movimento social é qualificado por Ghedin (2013, p 69), como “estratégias da sociedade organizada que se impõe às estruturas hegemônicas como forma de promover a verdadeira democracia centrada nos direitos da cidadania e não no modo mercadológico”. Segundo o autor, a sociedade se organiza para lutar por seus direitos como cidadão, proporcionando a democracia.

Cada conceito definido acima pelos autores demonstra como os movimentos sociais são influenciados por diferentes correntes, Mourão (2013), ao definir sobre conceito de Movimento Social, nos diz que para discutir o conceito é preciso antes, entender o conceito de Sociedade Civil e Sociedade Política, “a sociedade política se materializa na instituição denominada Estado, este entendido como uma instituição que representa a classe social que conquistou a hegemonia em um processo de luta de classe”. Então, Movimentos Sociais significa “ações organizadas pela sociedade civil em busca de conquistar objetivos específicos que podem ser de categoria, de grupos, ou mesmo de classes”. Concordamos com ela, quando nos diz que “nos perfilamos na compreensão Marxista, que afirma que o movimento organizativo da classe operária é engendrado para melhorar as condições de vida e, ao mesmo tempo, que tem objetivo estratégico de mudança de modo de produção.

No Brasil, Borges (2007, p. 77), apesar da história revelar que não houve luta e resistência, cita algumas lutas populares como “Movimento Cabanagem de 1835, Movimento de Canudos (1874-1897), a Conspiração dos Alfaiates (1798), a Balaiada (1830-1841) no Maranhão, no Rio Grande do Sul o Movimento Farroupilha”. Segundo a autora, foi por meio das Ligas Camponesas que as organizações sociais do campo ganharam forças, “com os movimentos dos posseiros do engenho na Galileia, em Pernambuco, em 1959. O movimento dos arrendatários, em Santa Fé do Sul, no Estado de São Paulo em 1955, este movimento durou 10 anos e só terminou com o golpe militar”.

Gohn (2013) afirma que pesquisas recentes indicam a existência de mais de 80 movimentos rurais no Brasil no início deste novo milênio, entre os quais destacam-se:

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a Via Campesina (seção Brasil), o MAB- Movimento dos Atingidos pelas Barragens, o MMC- Movimento das Mulheres Camponesas, o MPA- Movimentos dos Pequenos Agricultores, a Contag- Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, o MMTR- Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a Resab- Rede de Educação do Semiárido Brasileiro, a CPT- Comissão Pastoral da Terra e os sindicatos dos trabalhadores rurais vinculados a Contag” (Gohn, 2013, p.143).

Dentre os inúmeros movimentos de sem-terra criados, a autora considera o mais expressivo o MST, organizado em 24 estados brasileiros com 1.800 assentamentos, número objeto de divergência entre o movimento e o governo. Suas

lutas vão além da luta pelo acesso à terra, a luta é pela democracia, pela igualdade, contra a exclusão.

Ao mesmo tempo que as lutas do campo se intensificavam foram surgindo as primeiras organizações. Medeiros (1989) destaca que foi na luta contra a taxa de arrendamento que surgiram as primeiras ligas camponesas, em Goiás e no Triângulo Mineiro. Os Movimentos Sociais Camponeses trouxeram nova consciência, novas aspirações para os sujeitos do campo, novas consciência de direitos, forjados nas bandeiras que até hoje são centrais nas suas lutas, como os direitos trabalhistas, a previdência social e a reforma agrária.

2.2 Movimentos Sociais e as mulheres

Ao longo da história o movimento de mulheres ou movimento feminista trouxe discussões e lutas ligadas aos interesses das mulheres. Para compreendermos essa trajetória, é preciso antes entender a diferença desses movimentos. Nas palavras de Cisne (2015, p. 104), “todo movimento feminista é um movimento de mulheres”, no entanto, “nem todo movimento de mulheres, possui configuração feminista”. Há movimento de mulheres contra o direito ao aborto, como exemplifica a autora, mas é no conteúdo das reivindicações que eles se diferenciam.

Por muito tempo definiu-se como movimento de mulheres aqueles que lutavam por demandas sociais para melhoria das condições de vida e de trabalho femininas. Por movimento feminista definia-se aqueles que lutavam contra a opressão e pela liberdade das mulheres, pautando questões como sexualidade, aborto, violência, autonomia, direitos civis e políticos (Cisne, 2015, p.104).

Gohn (2013), também usa dupla nomenclatura, movimento feminista e movimento de mulheres, pois entende que são duas categorias. Segundo ela, as feministas estão envolvidas nos debates e na organização do campo feminista, interferem nas políticas, participam das coordenadorias e das políticas sociais. Ou seja, as feministas têm visibilidade e dão suas vozes as mulheres e suas demandas:

Elas têm visibilidade, têm voz e dão voz às mulheres, multiplicam os espaços de atuação das mulheres, estão nas ONGS, nas passeatas, nos protestos etc. Elas levam a frente campanhas e lutas onde as demandas e reivindicações estão centradas nas mulheres propriamente ditas, tais como o câncer de seio e outras doenças que atingem o corpo da mulher, a violência física contra as mulheres, as discriminações no mundo do trabalho, simbólicas

e reais como a salarial, questões sobre o aborto e sexualidade em geral etc. Embora um tanto “voltadas pra si próprias” porque o debate é recortado pelas correntes e tendências - elas lutam por ideias e pelo exercício pleno da democracia à medida que têm a questão da igualdade e da liberdade como horizonte da ação coletiva (Gohn, 2013, p. 91).

Já o Movimento de Mulheres é mais numeroso, segundo Gohn (2007, p. 56), “mas quase invisível enquanto movimento de ou das mulheres. O que aparece ou tem visibilidade social e política é a demanda das quais são portadoras - creches, vagas ou melhorias nas escolas”. A trajetória histórica do feminismo e dos movimentos de mulheres no Brasil se confundem de modo expressivo, mas é no sentido da identificação de suas pautas que estes se encontram. Ambos constroem a mesma história, a luta das mulheres.

O movimento feminista “é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria” Pinto (2010, p.15). Essa é uma característica particular do movimento, e deve ser levada em conta pelos interessados em entender sua história e seus processos. Anuradha Gandhi (2018), revolucionária indiana, deu grande contribuição para o debate sobre a emancipação da mulher, fez um estudo das diversas correntes teóricas desenvolvidas no movimento feminista. Para essa autora, os movimentos de mulheres, a partir estudos históricos, recuperaram as contribuições que as mulheres deram ao desenvolvimento humano. A divisão sexual do trabalho e a forma como as classes dominantes se beneficiavam economicamente do patriarcado foram expostas pelos movimentos, trazendo um novo olhar as atitudes e pensamentos.

O movimento feminista fez com que homens e mulheres olhassem de forma crítica à suas próprias atitudes e pensamentos, suas ações e palavras com relação as mulheres. Desafiou as várias atitudes patriarcais, antimulher que contaminava mesmo movimentos progressistas e revolucionários e afetava a participação feminina nestes (Gandhi, 2018, p.25).

Segundo Gandhi (2018), teorizar sobre a condição da mulher exigiu um esforço das feministas e se tornou uma das características mais importante do movimento contemporâneo. Correntes filosóficas como o existencialismo, marxismo, anarquismo, liberalismo entre outros, foram estudadas e adotadas pelos movimentos, tornando-os um grupo eclético por incluir variadas abordagens. Vejamos as principais correntes teóricas do movimento feminista analisadas por Gandhi:

1. Feminismo Liberal - Essa corrente baseia-se no pensamento liberal, cujos principais filósofos John Locke e Jean-Jacques Rousseau defendiam o domínio da razão e a igualdade para todos, menos a das mulheres. O liberalismo surgia com o desenvolvimento do capitalismo na Europa em contraposição aos valores feudais-patriarcal fundados na desigualdade. Era a filosofia da burguesia ascendente e fazia avançar uma crença na igualdade e liberdade naturais dos seres humanos (Gandhi, 2018, p.36). Mary Wollstonecraft, Harriet Taylor Mill, Elizabeth Cady Stanton, Betty Friedan, Bella Abzug, Pat Schroeder estavam entre as principais pensadoras do pensamento liberal. Baseado nestes pensamentos, surgiu o movimento pelos direitos iguais para as mulheres e a luta pelo direito ao voto, a assistência à infância, os cuidados com a saúde, o salário-desemprego, regimes especiais para mães solteiras entre outras lutas.

Há uma crítica ao liberalismo, que promovia a visão de que a igualdade formal e legal fosse concedida a todos, então os indivíduos deveriam se aproveitar das oportunidades e ter sucesso na vida. No entanto, não era levado em consideração a diferença de classes e as oportunidades às pessoas. O liberalismo focava nos direitos individuais e não nos coletivos, era a-histórico e não compreendia o papel das mulheres na história e não questionava as estruturas econômicas e políticas da sociedade que fizeram ampliar a discriminação patriarcal. Reformista em sua orientação, acredita na neutralidade do Estado e não entendia que este defende os interesses das classes dominantes que se beneficiam da subordinação da mulher (Gandhi, 2018, p.42).

2. Feminismo Radical - Contrapondo-se ao pragmatismo do feminismo liberal, o feminismo radical, segundo Gandhi (2018) “visa remodelar a sociedade e reestruturar as suas instituições que enxergam inerentemente patriarcais”. Surgiram nos Estados Unidos, na segunda fase do feminismo. Contrárias ao sistema atual, inicialmente havia um debate com o marxismo na tentativa de reescrevê-lo e sua atenção voltava-se para a origem da opressão da mulher. Porém, foi posto de lado, focaram para análise do sistema de sexos/gênero e do patriarcado desvinculado do sistema capitalista explorador. Entre as teóricas desta corrente estava Kate Millet, que publicou o livro *Política Sexual*. Para esta autora, as relações entre homens e mulheres eram vistas como relação de poder. O patriarcado, segundo ela, era o controle do homem sobre a esfera pública e privada e para eliminá-lo “homens e

mulheres devem eliminar o gênero, isto é a condição sexual, funções na sociedade e maneira de ser, já que foram construídos sob o patriarcado” (Gandhi, 2018, p.44). Uma outra escritora que influenciou as radicais foi Shulamith Firestone. Em seus escritos em *Dialética do Sexo*, dizia que a origem da subordinação da mulher e da dominação do homem estava nos papéis reprodutivos do homem e da mulher. Reescreveu Marx e Engels e focou na reprodução ao invés da produção como força motora da história. Ao invés de identificar as causas sociais para a condição da mulher, direcionou para as motivações biológicas para sua condição e fez dela a força motora da história. A sexualidade direcionou a maior parte das discussões e debates em que o feminismo radical se concentrara. Acreditavam as radicais que, em uma sociedade patriarcal, mesmo nas relações e práticas sexuais, prevalecia o domínio masculino, portanto, nomeado de “repressão” pela primeira tendência e de “ideologia da objetificação sexual” pelas feministas culturalistas.

Para as feministas culturalistas, heterossexualidade era sobre a dominação masculina e subordinação feminina, e assim abria caminho para a pornografia, prostituição, assédio sexual e violência doméstica. Reivindicavam a desistência das mulheres nas relações heterossexuais em detrimento das relações lésbicas onde havia envolvimento emocional. A crítica às radicais estava na forma como estas trataram o desenvolvimento e fatos históricos impondo sua própria compreensão da contradição homem-mulher como contradição original que determinou os rumos da história. A contradição central da sociedade, para estas feministas, estava nas relações homem/mulher (sexo/gênero), tornando os homens os principais inimigos das mulheres (Gandhi, 2018, p.54).

A defesa do separatismo feminino pela corrente radical, levou a luta das mulheres a um beco sem saída. Entre as principais fragilidade teóricas desta corrente estavam: no posicionamento idealista centralizado na personalidade e valores culturais em detrimento das condições materiais; na contradição entre homens e mulheres como a contradição principal, para justificar o separatismo; na inserção do fato natural da reprodução como motivo de subordinação da mulher e a rejeição das razões socioeconômicas para a condição social da opressão fortalecendo o argumento conservador de que homens e mulheres são naturalmente diferentes; na ignorância das diferenças de classe entre as mulheres bem como as necessidades e problemas das mulheres pobres; no desencorajamento das mulheres de se tornarem

combativas na luta por sua própria libertação ao propagarem a natureza não violenta das mesmas; e por fim, as soluções reformistas das radicais impediam de levar adiante a libertação da mulher.

3. Anarcofeminismo - Influenciadas pelo Anarquismo, que consideravam todas as formas de governo (Estado) autoritário e propriedade privada como tirania, o anarcofeminismo pode ser considerado como parte importante do movimento radical. Enquanto as ideias de Bakunim, Kropotkin representaram alguma influência ao movimento, as ideias da americana Emma Goldmam se tornaram, particularmente, influente no movimento. As anarcofeministas diziam que não havia uma versão no anarquismo, mas partilhavam um entendimento comum como: a crítica das sociedades existentes e a relação de poder e dominação; a visão de uma sociedade alternativa, igualitária e não autoritária (Gandhi, 2018). Para as anarquistas, a dominação e a subordinação dependem de estruturas sociais reforçadas pelo estado, através da coerção econômica. Sua crítica a sociedade não se baseava nas classes e na exploração, mas na hierarquia e dominação, que levava a dominação ideológica também. De acordo com sua teoria, o Estado capitalista não é para ser derrubado, mas deve haver uma libertação dele. Suas energias eram gastas formando grupos de cooperativas, que podiam ser captados pelo sistema.

4. Ecofeminismo - No ecofeminismo a natureza é a principal categoria de análise. A interrelação dominação da natureza-psique e sexualidade, opressão humana e não humanos e a crucial posição histórica da mulher nisso. Ynestra King, Vandana Shiva e Maria Mies são algumas das ecofeministas mais famosas. Existem muitas correntes no ecofeminismo: as espiritualistas, as socias-construtivistas, as transformativas, entre outras. Para essas feministas, a produção deveria ser o necessário para satisfazer as necessidades humanas e garantir as necessidades das comunidades e não para fazer dinheiro, ou seja, a produção de subsistência.

5. Feminismo Socialista - Mulheres marxistas ou socialistas presentes na nova esquerda entraram no movimento de libertação das mulheres na década de 60. Hartmann acreditava que a luta contra o capitalismo não podia ser vitoriosa a não ser que as questões feministas também fossem levadas em consideração. Segundo Gandhi (2018), Jagger escreve que “o objetivo do feminismo socialista é derrubar toda ordem social do que algumas chamam de patriarcado capitalista em que as mulheres sofrem durante toda a vida”.

6. Pós-modernismo e Feminismo - As feministas pós-modernas glorificam a posição do “outro,” acreditam na construção da identidade através do discurso, ou seja, a linguagem constrói a realidade. Sendo assim, muitas delas trabalham na desconstrução dessa linguagem, em concordância com as ideias de Michel Foucault são contra as relações de poder. O pós-modernismo é extremamente dividido porque promove a fragmentação entre o povo e da importância as identidades sem nenhuma base teórica (GANDHI,2018). A defesa da organização, segundo as pós-modernas significa reproduzir o poder - hierarquia e opressão deixando os indivíduos agirem por si mesmos.

2.3 Movimentos Sociais e a luta pela Educação do/no Campo

Os movimentos sociais por meio de suas constantes lutas, tem significativo papel na construção da trajetória da Educação do/no Campo no contexto brasileiro. Neste sentido, a Educação do/no Campo surge como resultado das lutas dos movimentos sociais voltada para valorização da realidade dos sujeitos do campo (PERNA et al, 2014).

A origem dos movimentos camponeses está ligada a necessidade dos povos do campo de se organizar, para lutar por concretização de direitos. Desse modo, o movimento social do campo vincula a educação aos direitos. Aos direitos à saúde, à justiça, à cidadania, ou seja, aos valores da vida e da formação humana. A escola e os saberes escolares também são um direito do homem e da mulher do campo, porém devem estar em sintonia como outros saberes fora da realidade escolar.

O movimento dos sem-terra (MST) iniciou em 1987 no seu Encontro Nacional as discussões sobre Educação, e em 1989 expôs em um documento alguns princípios, dentre estes, destacam-se “estimular e dedicar-se aos estudos de todos os aspectos que dizem respeito às nossas atividades no movimento” (CALDART 2004, p.112).

Em 1997, articulou-se o 1º Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I ENERA). Este encontro foi articulado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); Universidade de Brasília (UNB), Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outros. Nesse encontro, as discussões destacaram os seguintes pontos: direito a

educação dos sujeitos do campo, especificamente do meio rural, meio ambiente e trabalho (Arroyo; Molina; Caldart, 2011).

Já em 1998, as entidades organizadoras do 1º ENERA, organizaram a 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que tinha como Slogan “Por uma educação Básica do campo: semente que vamos cultivar”, e, conforme enfatiza Arroyo; Molina e Caldart (2011), a Educação do Campo emerge das articulações dos Movimentos Sociais dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo e da luta Social. É fruto da organização coletiva diante do desemprego, da precarização do trabalho da ausência de políticas públicas para o campo.

Forjada nas lutas dos Movimentos Sociais do Campo, a Educação no/do Campo nasceu em oposição ao modelo de educação rural, surgiu pela necessidade de recriar um campo como um espaço de vida, de cultura, de formação humana e de trabalho, nasceu pautada na perspectiva transformadora da sociedade, onde os sujeitos do campo pudessem assumir o protagonismo de suas vidas (ARROYO; MOLINA; CALDART, 2011).

Mas, não é fácil assumir esse protagonismo, porque o modelo que a cultura hegemônica tenta impor ao campo é o mesmo da escola urbana. Desvalorizam os valores, as crenças, os saberes do campo. Tratam os homens, as mulheres e os jovens do campo como se estivessem em extinção. Por isso, que os currículos são pensados para a cidade, para a produção urbana. Com isso, é preciso ir as raízes culturais do campo e trabalhá-las, incorporá-las como uma herança coletiva que mobiliza e inspira luta pela terra e pelos direitos (ARROYO, 2006).

Conforme salienta Borges (2016) a Educação do/no Campo tinha que ser uma concepção que compreendesse que os sujeitos têm histórias, tem nomes e rostos e participam da luta, por isso eles também são detentores de conhecimento, capazes de se autodirigir (BORGES, 2016).

Após a 1ª conferência, ocorreram algumas ações, dentre elas, destaca-se a promulgação da Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC). Estas Diretrizes formaram a primeira Lei específica no país, para a Educação do/no Campo e foram debatidas em novembro de 2002 pelo Seminário Nacional de Educação do Campo. Conforme sublinha Caldart (2015), a escola do campo tem que ter como matriz formadora, atividades que estejam relacionadas com a organização coletiva,

com suas lutas e com o trabalho, ou seja, atividades que estejam relacionadas com a sua realidade. O trabalho tem que ser o princípio educativo da escola do campo, que é preciso relacionar os conhecimentos escolares ao mundo do trabalho, pois é através do trabalho que os sujeitos constroem e reconstróem suas histórias, através das relações entre homens, mulheres e dos sujeitos coma natureza.

Em 2004, os movimentos sociais organizaram a 2ª Conferência, que tinha como *slogan* “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado”. As discussões desta conferência focavam não somente a educação básica, mais a Educação do/no Campo em todos os níveis de ensino. Segundo Arroyo (2006), é preciso construir um sistema de educação, que não seja propedêutico, fragmentado, escalonado etc. É preciso lutar por uma educação mais humanizada, que valorize o saber e a cultura dos povos do campo, na qual eles possam ter direito a uma educação, que esteja vinculada a sua realidade e não enquanto trabalhadores e agricultores do agronegócio.

As lutas dos movimentos sociais contribuíram na publicação da Resolução nº. 2, de 28 de abril de 2008 pelo Conselho Nacional de Educação, que vieram complementar as diretrizes da Resolução nº. 1, de 3 de abril de 2002. A Resolução nº. 2, instituiu as diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento à Educação Básica do campo, contemplando as populações rurais: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

É na condição de política pública que educação do campo abre caminho para a construção da emancipação da sociedade, partindo disso, tomou-se o centro da pauta dos Movimentos sociais do Campo.

Outra ação governamental, foi a publicação do Decreto 7.352/2010, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. O referido decreto foi fruto da luta dos movimentos sociais do campo e elevou a Educação do/no Campo à política de Estado, destacando-se a sua relevância. Pois, reconhece as populações do campo, como é assinalado no § 1º do artigo:

Art. 1o [...] § 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I – populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da

floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural;

Molina e Freitas (2011) dizem que a educação do Campo deve vincular-se a construção de um modelo de desenvolvimento, a um projeto da classe trabalhadora, a outro projeto de sociedade:

[...] A educação do Campo vincula-se à construção de um modelo de desenvolvimento rural que priorize os diversos sujeitos sociais do campo, isto é, que se contraponha ao modelo de desenvolvimento hegemônico que sempre privilegiou os interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil, e também se vincula a um projeto maior de educação da classe trabalhadora, cujas bases se alicerçam na necessidade de construção de um projeto de sociedade de nação [...] (Molina; Freitas, 2011, p.19).

Desta forma, concordamos com Molina e Freitas, ao afirmarem que a Educação do campo é vinculada a um novo projeto de sociedade, no qual os sujeitos do campo possam ter direito ao conhecimento, a ciência e a tecnologia socialmente construídas e à terra.

Para Molina e Sá (2012), é das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do campo que surge a concepção de educação do campo:

[...] A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de lutas dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo[...] (Molina & Sá, 2012, p. 326).

Portanto, a Educação do campo sustenta-se na valorização da vida do campo, com o objetivo de construir políticas públicas que garantam o direito de trabalhar e estudar no campo satisfatoriamente, o que significa construir um paradigma solidário e sustentável nas relações entre educação, agricultura familiar e os demais aspectos culturais e produtivos dos povos do campo (Brasil, 2008).

3 FORMAÇÃO NO MOVIMENTO DE MULHERES DO/NO CAMPO AMAZÔNICO NA CONTAG/FETTAGRI AMAZONAS.

*Saiu o Semeador a semear
Semeou o dia todo
e a noite o apanhou ainda
com as mãos cheias de sementes.
Ele semeava tranquilo
sem pensar na colheita
porque muito tinha colhido
do que os outros semearam.
Jovem, seja você esse semeador
Semeia o otimismo
Semeia com idealismo
as sementes vivas
da paz e da Justiça.*

*Mascarados
Cora Coralina*

Como um Semeador, os movimentos sociais do campo têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade. Os frutos almejados são a garantia do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. Assim, nesta Seção trago um pouco da história desses semeadores, a Contag desde sua criação e a FETTAGRI do Amazonas, como elas organizam e formam os trabalhadores e as trabalhadoras do campo, dando destaque para as mulheres amazônicas, objeto dessa pesquisa.

3.1 História e o papel social da CONTAG/FETTAGRI-Amazonas

Na idade Média, a sociedade feudal consistia em três classes, os sacerdotes, os guerreiros e os trabalhadores, apenas uma trabalhava para sustentar as outras duas, a dos trabalhadores. Era o trabalho na terra, cultivando grãos ou guardando rebanhos para o vestuário. As terras eram divididas em feudos e cada propriedade tinha um senhor feudal, o qual arrendava suas terras para o trabalhador, que vivia numa choça miserável. Esse camponês conseguia arrancar do solo apenas para uma vida miserável e era obrigado a trabalhar na terra do senhor sem qualquer pagamento (HUBERMAN, 1986).

No campo brasileiro, a trajetória dos trabalhadores não foi diferente do que foi a idade média, grandes proprietários de terra exploravam e negligenciavam os direitos mais elementares desses sujeitos, como direito a terra, a saúde e a educação. Vítimas da opressão e da discriminação, a história contada sobre os sujeitos do campo, foi a

por muito tempo a história contada pelos que os exploravam, é a história dos Jecas Tatus, passivos, submissos, incapazes de reivindicar e lutar pelos próprios direitos.

Mas existe uma outra história, a de luta e resistência dos sujeitos coletivos organizados em movimentos sociais do campo. São eles que nos situam nos terrenos dos direitos como afirma Arroyo (2011):

O movimento social do campo representa uma nova consciência com direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram o quanto se reconhecem sujeitos de direitos (Arroyo, 2011, p. 73)

Essa outra história, é a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), ela precede as histórias de lutas trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil. A luta pela terra, por melhores condições de vida e trabalho, contra a exploração, a escravidão, o latifúndio, entre tantas outras lutas apagadas pela história oficial do Brasil. Nesse processo de resistência, os camponeses buscaram se organizar em sindicatos, associações, ligas, uniões, irmandades, como: as Ligas Camponesas, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas-ULTAB, Movimento dos Agricultores em Terra-MASTER, Ação Popular-AP (Medeiros, 1989). É em dezembro em 1963, que a fundação da Contag vai ocorrer, tornando-se a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional reconhecida legalmente, ajustando no seu interior diversas concepções e correntes de pensamentos (CONTAG, 2023). No entanto, com o golpe de 64 a entidade sofre intervenção, afasta a direção eleita, ligada ao Partido Comunista e nomeia um interventor alinhado aos militares e ligados à Igreja católica (Teixeira, 2018).

Esse período foi marcado por “uma intensa repressão às organizações de trabalhadores”, sindicatos foram fechados, lideranças foram perseguidas, presas, assassinadas e exiladas, mas “isso não significou que o sindicato, enquanto instituição, tenha desaparecido” alguns mantiveram suas diretorias, porque não se tratava de eliminar o sindicalismo rural, mas alinhar ao projeto dos militares (Medeiros, 1989).

Os trabalhadores resistentes a ditadura, a partir de 1966, buscaram retomar o controle da Contag para retirar os interventores e sindicalistas pelegos. Para isso vão trabalhar a formação dos núcleos em seus locais de trabalho.

A Confederação, no período de 68 a 69, intensifica seu processo organizacional sindical, politizando a categoria, resultando o crescimento dos sindicatos no país (CONTAG, 2023).

A Contag, desde seu início realiza atividades formativas com suas lideranças e prepara seus quadros. Essas atividades tomaram-se espaços de reflexão sobre a diversidade do campo, os direitos dos camponeses e ampliação das entidades sindicais. Atualmente, a entidade coordena um sistema com 27 Federações estaduais e mais de quatro mil Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), que compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e representa a luta pela garantia, manutenção e ampliação de direitos dos trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares (CONTAG, 2023).

Em 1998, a Contag aprovou em seu 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR), o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), que trouxe para entidade uma referência política pedagógica nacional para a formação sindical. Esse projeto contrapõe-se ao modelo predominante da sociedade, concentrador de renda, conservador, excludente, defendidos por empresários, latifundiários do agronegócio.

Como projeto político do Movimento o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) para o desenvolvimento do campo, o PADRSS tem várias frentes de lutas que vão desde a reforma agrária e da valorização ao fortalecimento da agricultura familiar.

[...] Reforma agrária ampla, massiva, de qualidade e participativa; ampliação e fortalecimento da agricultura familiar; erradicação do trabalho escravo; proteção infanto-juvenil; educação do campo pública e gratuita; políticas de assistência à saúde integral para os povos do campo e da floresta; política de assistência técnica diferenciada e eficiente, pública e gratuita; soberania e segurança alimenta e nutricional; meio ambiente; e ampliação de oportunidades de emprego, trabalho e renda com igualdade de gênero, geração, raça e etnia (CONTAG, 2023).

Para viabilizar o PADRSS, em 2005 no 9º Congresso, sobre um forte protagonismo das mulheres camponesas, a Confederação deliberou pela criação da Escola Nacional de Formação da Contag, a ENFOC. Para atuar de forma orgânica ao movimento sindical, sua criação destinava-se para a formação dos seus dirigentes, lideranças de bases, assessores e assessoras.

Em 2005, no Encontro Nacional de Formação (ENAFOR), foi construída a Política Nacional de Formação (PNF), o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e em 2006, é inaugurada com a realização do primeiro Curso de Formação Político-Sindical (ENFOC, 2023).

Consolida como um espaço de reflexão crítica da prática sindical, e ideológica, a Escola segue um itinerário pedagógico de formação continuada, permanente. São realizados cursos, nacionais, estaduais, formações por polos e municípios, além de Grupos de Estudos Sindicais (GES), e comunidades rurais, envolvendo lideranças locais, dirigentes sindicais, Federações e Confederação.

Desta forma, a ENFOC, em parceria com a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Amazonas (FETTAGRI/AM) realiza seus processos formativos. Filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), a FETTAGRI/AM é uma entidade sem fins lucrativos fundada em 14 de dezembro 1975. No ato de sua fundação contou com a presença de 7 sindicatos, atualmente 55 estão filiados à Federação. Tem como objetivo principal reivindicar, representar e defender a classe trabalhadora rural (FETTAGRI/AM, n.p., 2023).

Incentivada pela Contag, a FETTAGRI/AM, possui uma a Escola de Formação do Amazonas, a EFOFAM, que atua “no sentido de possibilitar o trabalho de base”. Realiza seminários, curso e encontros para as lideranças rurais desde 2009 e contribui para a formação de militantes do MSTTR do Amazonas (FETTAGRI/AM, n.p., 2014).

A FETTAGRI/AM se organiza por Polo, que compõe 10 Regionais (Figura 9), assim dividido:

Figura 9. O Estado do Amazonas e as Regionais da Fettagri/AM



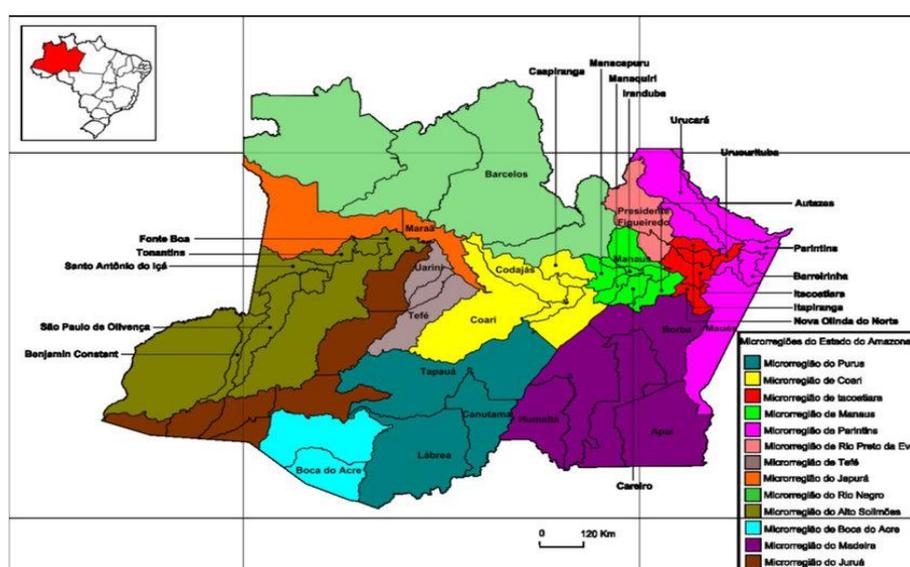
Fonte: Arquivo da FETTAGRI/AM, 2020.

Calha do Médio Solimões: Maraã, Alvarães, Tefé e Japurá; Calha do Médio Amazonas: Silves, Itacoatiara, Itapiranga, São Sebastião do Atumã e Urucurituba; Calha do Baixo Amazonas: Boa vista do Ramos, Barreirinha, Parintins, Maués e Nhamundá; Calha do Alto Solimões: Tabatinga; Regional o Rio Negro: Manaus; Calha do Rio Madeira: Manicoré , portanto, a Fettagri/AM é uma organização que atua na luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Amazonas, representando os sindicatos dos municípios localizados nos diferentes polos que compõe o estado do Amazonas.

3.2 O Contexto do Movimento de Mulheres no/do Campo Amazônico

Aonde estão os Movimentos de mulheres do campo amazônico? Para responder esse questionamento primeiro é preciso situar as mulheres. Elas vivem no Amazonas (Figura 10), estado localizado na região norte do Brasil, na Amazônia Brasileira, um estado com 62 municípios distribuídos em uma área territorial de 1.559.167,878 km², é o maior estado do Brasil em extensão territorial. Nesse espaço vivem 4.207.741 habitantes, dos quais 2.219.580 vivem na capital Manaus (IBGE, 2021).

Figura 10. Mapa do Estado do Amazonas



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-com-as-Microrregioes-dos-Municipios-do-Estado-do-Amazonas-que-aderiram-ao_fig1_341885048

As mulheres do Amazonas vivem em um estado com dimensões continentais que não só se destaca pela extensão territorial, mas, sobretudo, porque compõe o

Bioma Amazônico, com a maior reserva florestal, mineral e hidrográfica do Planeta, a bacia amazônica. Toda essa riqueza e biodiversidade, de caráter estratégico para a existência da vida no planeta, desperta a cobiça da burguesia destrutiva cuja ações predatórias destroem o meio ambiente e contribuem para o aumento da violência no campo. Uma cobiça de séculos, já narrada em *A Selva* pelo escritor português Ferreira de Castro (1989):

[..] Era, então, a Amazonia um imã na terra brasileira e para ela convergiam copiosas ambições dos quatros pontos cardeais, porque a riqueza se apresentava de fácil posse, desde que a audácia se antepusesse aos escrúpulos. Com os rebanhos, idos do sertão do Noroeste, demandavam a selva exuberante todos os aventureiros que buscam pepitas de ouro ao longo dos caminhos do Mundo. E como não era da brenha espessa que se encontrava, para os ligeiros de consciência, a aurífera jazida, quedavam-se os ladinos de Belém e Manaus, a traficar com o esforço mitológico dos que, entre todos os perigos, se entregavam a extração da borracha. [...] Os espoliadores, na embragues da súbita abastança, acendiam charutos com notas de banco e estadeavam em sua fortuna com a prodigalidade que marca o aventureiro (Castro, 1989, p. 31).

A cobiça pela riqueza da Amazonia não é de hoje, os espoliadores transformaram essa região brasileira numa terra sem lei, sem justiça, como nos mostra mais recentemente padre João Derickx (1992) na obra "*No coração da Amazonia, Juruá o rio que chora*". Alguns documentos, como as cartas escritas pelos moradores, trazem denúncias da voracidade do latifúndio para dominar, oprimir, explorar os ribeirinhos do rio Juruá, agricultores e agricultoras, índios e índias, seringueiros e seringueiras, pescadores e pescadoras. Uma dessas cartas foi direcionada ao Ministro da Justiça José Bernardo Cabral em março de 1990. Dizia, entre outras coisas que:

[...] os seringueiros e ribeirinhos de nosso município vivem forçados pela ganância das elites parasitárias, legados à situação absurda de objetos de manipulação, para gerar riqueza, sem poder delas usufruir[...] suor e sangue aqui não têm sentido figurado, pois nem os mortos são perdoados os débitos contraídos através de uma comercialização desonesta, que lança o seringueiro num círculo vicioso, onde, por mais que ele produza, tanto mais fica devendo[...] o domínio e o desrespeito em relação aos ribeirinhos é tão grande que recentemente, os senhores Ciro, Almir e Lúcio tentaram tirar das viúvas, a força, os únicos bens legados por seus finados, no caso, dois roçados e umas poucas folhas de alumínio que cobriam a casa de uma das viúvas. Não conseguiram o intento, devido a interferência de amigos, entre eles um padre [...] (Derickx, 1992, p.42-43).

Os dois romancistas acima nos situam o contexto em que estavam as mulheres do Amazonas, exploradas, oprimidas, humilhadas. Não sozinhas, mas juntos com familiares, pais, filhos, entre outros.

Com a chegada do governo-civil-militar na Amazônia, que defendiam uma política de expansão e colonização, muitos projetos foram implantados, entre eles, a da transamazônica, gerando uma série de conflitos socioambientais. Nesse processo de resistência, muitas mulheres se unem, entre elas ribeirinhas, trabalhadoras rurais, pescadoras, entre outras, pela garantia de direitos básicos, como saúde, alimentação, educação e segurança. (MILHOMENS; GOHN, 2018).

A mulher amazônica está na luta pela terra, na defesa do seu território ameaçadas pela invasão capitalista. As mulheres amazônicas estão na luta contra a opressão e a exploração que são submetidas. Estão na luta por justiça, igualdade de oportunidade e paz.

3.3 Revisando documentos formativos: processos formativos desenvolvidos na escola de formação

Formação é um tema que tem acompanhado a vida do Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais, não só pela necessidade de compreender os problemas vivenciados pelos sujeitos do campo, mas, sobretudo, para fortalecer sua organização e estratégia de luta por melhores condições de vida. Neste sentido, a Escola Nacional de Formação da Contag trabalha processos formativos que contribua para (ENFOC, 2023):

- Constituir e desenvolver itinerários formativos político-sindical, que valorize a abordagem ideológica e classista, voltada para estimular o protagonismo dos trabalhadores e das trabalhadoras na disputa por um projeto de sociedade.
- Construir e desenvolver metodologias que respeite a pluralidade de ideias, as especificidades dos sujeitos políticos e possibilite a educandos e educandas o acesso às diversas visões existentes sobre o tema.
- Estimular o desenvolvimento de processos formativos continuados nas diversas áreas temáticas, que possibilitem dialogar, interagir e aprofundar reflexões sobre o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS, do MSTTR.
- Qualificar o debate sobre concepção sindical; identidade camponesa, de gênero e geração étnico-racial; campo; desenvolvimento; modos de produção; políticas públicas e inclusão social; democracia e participação cidadã; organização sindical; e ação político-sindical.
- Qualificar e ampliar quadros de militantes do MSTTR, potencializando capacidades e habilidades dos sujeitos para aturem na luta por uma sociedade justa, democrática, soberana e solidária.

Assim, a ENFOC em parceria com a FETTAGRI/AM, através da Escola de Formação do Amazonas (EFOFAM), desenvolve processos formativos com as lideranças dos Sindicatos que compõe a Federação. Esses processos formativos, chamados de Módulos, foram sistematizadas em relatórios, onde estão descritas e fotografadas as atividades desenvolvidas durante os cursos. Descreve detalhadamente todo o processo, desde a composição das mesas de abertura, falas da direção e convidados, ficha de inscrição e de avaliação dos participantes, lista de presença e a prestação de contas de cada convênio. Os documentos analisados foram no período compreendido entre 2010 a 2020.

É importante destacar, que a Enfoc orienta que as Fetags, em seus itinerários formativos, trabalhem seguindo eixos temáticos: Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário; Pedagogia para uma Nova sociabilidade; Memória e identidade. Nas Unidade temáticas: Estado, Sociedade e Ideologia; Vida sindical: história, concepção e prática; e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário;

Em uma década, identificamos que a FETTAGRI/AM realizou 10 atividades formativas em 17 municípios das Regionais Sindicais nas calhas dos rios do Estado do Amazonas. Em 2010, no período de 11 a 15 de outubro foi realizado o *2º Módulo Regional Amazonas* no Polo Tefé Amazonas. Participaram desse processo formativo, as lideranças dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) dos Municípios de compões o Polo Tefé entre os quais: Maraã, Alvarães, Tefé e Japurá. A Federação destaca em seus objetivos a formação dos militantes dos movimentos para que atuem nas suas bases de atuação:

O objetivo deste segundo módulo foi contribuir com a formação de militantes do MSTTR, de modo que aprimorem sua capacidade multiplicadora e potencializadora da ação formativa em suas bases de atuação. Socializar e aprofundar referenciais teóricos, políticos e ideológicos que fundamentam e alimentam os ideais e a luta sindical popular. Reavaliar e fortalecer a luta sindical, numa visão e ação sindical transformadoras, estimulando processos de mudanças e atitudes, comportamentos e práticas individuais e coletivas, coerentes com a exigência de implementação do PPDRSS. Favorecer a experimentação, sistematização e apropriação de novas tecnologias pedagógicas que realimentam a prática formativa do movimento sindical. Contribuir para a constituição de uma rede de formadores/as que assumam e implementem o projeto de formação do MSTTR (FETTAGRI/AM, n.p., 2010).

O Relatório trouxe a programação do módulo divididos em períodos, temas e subtemas, objetivos e responsáveis (Quadro 2).

Quadro 2. Programação do 2º Módulo Regional Amazonas

Tema e Subtemas	Objetivos
Mística de acolhida	Avançar no processo de integração do curso
Abertura política do II Módulo Roteiro, acordo, comissões de trabalho	Reafirmar os compromissos, princípios e objetivos da ENFOC
Reapropriação do I Módulo	Estimular a releitura do 1º Módulo e a compreensão da interrelação entre o I e II Módulo (identidade, trabalho, sistema de sociedade, estado e políticas públicas organização e lutas, diálogos pedagógicos).
Memória e identidade - perfil da militância (agrupar por gênero, geração, raça etnia, tempos de movimentos, fatos significativos a época e motivação para a militância.	Estabelecer a partir das identidades, a identidade de grupos, favorecendo a percepção de construção histórica tanto das concepções presentes na sociedade, quanto os fatos significativos vivenciados individual e coletivamente.
Diálogos Pedagógicos (lendas e mitos)	Reapropriação do imaginário cultural da região, identificando a presença de dimensões em nossa vida.
Contexto da formação da sociedade na região (social, econômico, político e ambiental)	Favorecer uma maior compreensão sobre a formação social, econômica, política e de lutas da região. Explicitar os impactos de grandes projetos oficiais da região e as formas de resistências e conquistas dos movimentos populares.
Seção de cinema	
Contexto e origem do sindicalismo no Brasil até o início da década de 30 Formação da estrutura sindical oficial	Compreender a formação da classe trabalhadora do Brasil. Compreender o papel do Estado na organização sindical e nas relações capital trabalho
Organização dos trabalhadores do campo brasileiro (das Ligas Camponesas à Contag)	Compreender o processo de organização e as principais bandeiras de luta das organizações até a fundação da Contag.
Reapropriação dos temas anteriores trabalhados nos dias Visita de campo	
Memória da constituição e organização do MSTTR na região	Socialização das atividades
MSTTR, as Centrais Sindicais e concepção cutista	Retomada das lutas Sindicais no Brasil; Contexto de fundação da CUT Diferenciar a semelhança entre a concepção cutista e as demais centrais sindicais.
Avaliação	

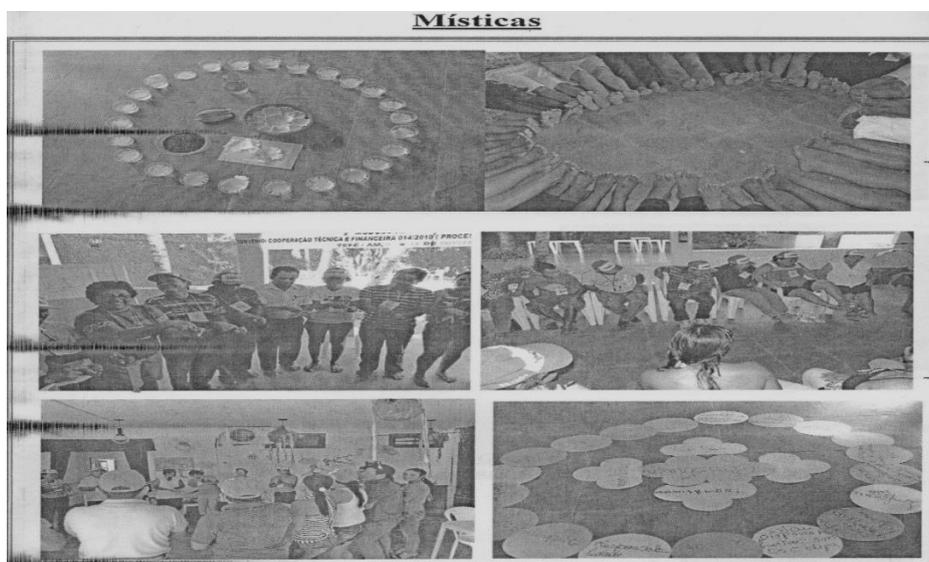
Fonte: Elaborado pela autora base no Relatório da FETAGRI/AM.

Para garantir a formação nos 5 dias de 35 cursistas em horário integral, foi disponibilizado uma estrutura (Convênio: Cooperação Técnica financeira - 014/2010 - Processo Nº 00037 - SENAR) que garantiram aos participantes passagens, hospedagem e alimentação. Apesar dessa estrutura financeira, problemas relacionados a mudanças climáticas foram algumas dificuldades enfrentadas pelos cursistas para chegar ao município como podemos observar no relatório:

[..] A senhora Edjane Rodrigues Mendes- Presidente do STTR/Tefé cumprimentou a todos e agradeceu a presença de todos, relatou a dificuldade que todos tiveram para chegar ao município de Tefé por conta da seca e que o município está enfrentado a maior seca nos últimos anos e o acesso está muito difícil para todos que moram nos municípios próximos [...] (FETTAGRI/AM, n.p., 2010).

A fala da presidente do sindicato de Tefé revela uma, entre tantas dificuldades enfrentadas pelos sujeitos de vivem na região da Amazonia, a seca, que é uma das consequências das mudanças climáticas que atinge não só a Amazônia, mas afeta todo o planeta. Em cada dia de formação, curso iniciava com uma mística de acolhida (Figura 11), seja uma música ou uma cantoria, organizado pela comissão de mística, acordado nos inícios das atividades.

Figura 11. Místicas no curso de formação da FETTAGRI/AM



Fonte: Arquivo da FETTAGRI AM (2010).

Além desta comissão, outras comissões foram criadas, como a de organização, de animação, de infraestrutura e apoio, de meio ambiente, de relatoria, registro e sistematização. A realização da mística, a divisão dos trabalhos, se dava o processo educativo da educação não formal, pois visava a aprendizagem, por meio da prática social e a interação entre os sujeitos. Nesse sentido, Gohn (2002, p.103) nos diz que “Um dos supostos da educação não formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera aprendizagem”. Mas, voltemos sobre a mística, precisamos entender por que a mística era a primeira atividade coletiva do curso de formação do MSTTR. No texto,

“Mística no Movimento sindical, de Sergio José Fritzen, Secretário executivo do Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel-IFSIM, Porto Alegre/RS, disponibilizado na ENFOC, diz que:

[..] Quando os movimentos sociais ou grupos comunitários se valem de celebrações de mística ou “de bença” se propõe estimular uma vivência comunitária que tem a intenção de estabelecer empatias, de fortalecer laços e aprofundar a responsabilidade solidária e coletiva. Criam oportunidade para consolidar a coesão interna que faz das pessoas da caminhada se transformarem em companheiros e companheiras. E para dar densidade, cumplicidade e envolvimento de todos, são resgatados sonhos, reavivados testemunhos, rememoradas conquistas do passado e, especialmente, antecipadas “visões que motivem os participantes ao desejo de engajamento para darem concretude históricas aos sonhos e utopias que os mobilizam [...] (ENFOC, 2023, p. 02).

Portanto, a mística também faz parte do processo formativo, é o momento da motivação, de estímulo, de vivências, “precisa estar motivada e enraizada numa crença, na fé. Fé, conforme apregoa o MSTTR, numa sociedade igualitária, na fraternidade humana, na justiça social. Em resumo, na utopia” (ENFOC, 2023, p. 03).

No 1º Módulo do curso de formação, 4ª turma foi realizado no Município de Silves em 2012, tratou de temas refletiam sobre os elementos que estruturavam as relações de desigualdade na Amazônia com as demais regiões, assim conceitos e de Estado, Sociedade e Ideologia foram trabalhados pelos formadores.

No quarto dia do curso, identificamos debates sobre as questões de gênero. O texto “A Cama na varanda” da autora Regina Navarro Lins, e o filme “Vida Maria”, e a palestra proferida pela Senhora Juma, deram subsídios para as sujeitas e os sujeitos participantes da formação debatessem sobre as desigualdades de gênero.

Divididos por temas, os 4 grupos apresentaram o resultado do debate em apresentação e encenação teatral (Figura 12). Conceito de gênero; Gênero: mulheres e homens; Qual a relação entre as normas de gênero em nossa sociedade? Qual a relação entre gênero e sociedade? foram os temas apresentados pelos cursistas. Preconceito, discriminação, violência e desigualdade salarial foram temas reforçado pela fala da palestrante:

“Juma falou que as mulheres já conquistaram muitos espaços, mas é preciso lutar para acabar com preconceitos, discriminações e violência contra a mulher, pois as desigualdades ainda são muito grandes. Lembrou que as mulheres, estão abrindo portas em lugares que antes era totalmente masculino. Elas fazem os mesmos, trabalhos, com a mesma carga horária,

porém seus salários são menores que os dos homens” (FEATTAGRI/AM, p.10, 2012).

Um outro tema abordado neste dia foi sobre a Política e Gênero. Segundo a palestrante, era preciso que as mulheres tomassem seus espaços dentro da política, pois ainda era majoritariamente dos homens, ressaltou que a presidente Dilma era exemplo disso, mostrava que lugar de mulher também era na política e que as mulheres precisavam lutar por seus espaços dentro da Câmara dos vereadores de seus municípios para defender seus direitos, entre estes, o da agricultura.

Figura 12. Encenação sobre a questão de gênero



Fonte: Arquivo da FETTAGRI/AM (2012).

Caro e Guzzo (2004, p. 37) afirmam que “A educação não formal reconhece a pessoa como um ser que pensa, age, sente e traz consigo uma cultura que precisa ser respeitada para poder crescer e se desenvolver”, pois segundo as autoras a cultura faz parte da identidade do ser humano, e os valores são imprescindíveis em sua formação. Neste sentido, o debate nesta formação sobre as desigualdades de gênero pelos quais as mulheres passavam, propiciava uma reflexão das participantes e dos participantes, da formação, resultando com a apresentação dos trabalhos de forma expositiva e teatralizada. No entanto, mesmo propiciando uma reflexão, o debate deste módulo vai na perspectiva da corrente teórica do feminismo radical, quando coloca a desigualdade de gênero desvinculado do “sistema de sexo/gênero e do patriarcado” do sistema capitalista explorador Gadhi (2018).

O 2º Módulo, em 2012, seguiu com apresentação de mosaicos elaborados pelos grupos, cujo objetivo era rememorar a aprendizagem do Módulo anterior e criar uma interrelação entre o I e II Módulo. Temas como identidade, trabalho, sistema de sociedade, estado e políticas públicas organização e lutas, diálogos pedagógicos foram apresentados através de cartazes. No decorrer da programação, houve explanação do histórico de cada sindicato participante da formação. Essa atividade também tinha sido acordada no Módulo anterior, que permitiu tempo para pesquisa e construção do texto. Mas, identificamos que nem todos os históricos foram apresentados de forma completa, como o do STTR/ Alvarães, “a senhora Erilene pede desculpa por não ter um histórico completo [...]” e assim justificado pela mesma “estamos com muitas dificuldades de montar os históricos por falta de documentos do STTR”. (FETTAGRI/AM, n.p., 2012). Neste relato, fica evidente que há dificuldades na organização de sindicatos, materializada com a falta de documentos. O curso seguiu com debate dos cursistas sobre suas práticas, para responder as seguintes perguntas:

“Como eu me sinto na qualidade de dirigente sindical? Minha ação está contribuindo para o fortalecimento do sindicato? De que forma? Como o nosso sindicato está inserido no PADRSS? Que ações estamos fazendo no STTR que se identifica com o PADRSS? O que mudou após o 1º módulo da ENFOC? (FEATTAGRI/AM, n.p., 2012).

Nesse processo educativo, podemos observar a proposta pedagógica era instigar experiências dialógicas e reflexivas através da troca de conhecimento entre os grupos, ou seja, o diálogo era um fio condutor de formação. A dialogicidade como essência para uma educação que promova a libertação do oprimido é defendida pelo educador Paulo Freire (1987.p.70):

[...] A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é praticada da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens[...] (Freire, 1987, p.70).

Desta forma, a Educação Não formal se fazia no contexto da Educação Popular:

[...] no caso da educação não-formal, que se faz no contexto da educação popular, sua intenção é potencializar as capacidades materiais, institucionais, organizativas e culturais das pessoas e dos grupos com os quais o trabalho é realizado. Assim, proporciona novas formas de relação, espaços nos quais

seja possível vivenciar a participação, a democracia, a solidariedade; questiona estilo de exercer a autoridade e a liderança social contrários aos valores anteriores e, ainda, apoia a construção e o fortalecimento de experiências e iniciativas voltadas para a reivindicação das demandas sociais, culturais e econômicas, bem como a participação e tomada de decisões. (Candales & Mariño, p.14, 2006).

Seguindo com as atividades, o Sr. Alexandre de Lima Menezes, representante da ENFOC, Fetagri/Pará trouxe a história das raízes do sindicalismo rural, tratou de temas como o surgimento do sindicalismo rural brasileiro, a organização dos camponeses como classe, entre os quais destacou o surgimento das Ligas Camponesas, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas-ULTAB, os Movimentos dos Agricultores Sem Terra-MASTER, Quilombos, Missões, A Confederação dos Tamoios, Guerra dos Bárbaros, Lutas Messiânicas e a CONTAG.

É importante destacar também, que nesta formação, as cursistas e os cursistas, precedido da visita de campo à Feira do Pirarucu, assistiram filme sobre manejo de pirarucu e elaboraram perguntas para entrevistas com pescadores. Atividade compartilhada com todos os grupos em forma de apresentação. O curso finalizou com noite cultural, avaliação individual da formação.

Participaram desta formação 35 pessoas, destas 21 mulheres e 14 homens. Mesmo sendo as mulheres a maioria dos participantes, não houve debate sobre a questão de gênero.

O 2º Módulo do Curso Estadual de Formação Social no Polo Baixo Amazonas - 4ª turma da Escola de Formação da Fetagri Amazonas – EFOFAM, foi realizado no município de Urucurituba, no período de 7 a 11 de junho de 2012. Participaram desta formação os dirigentes e associados dos Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) dos municípios de Silves, Itacoatiara, Itapiranga, São Sebastião do Atumã e Urucurituba. O objetivo deste módulo foi formar lideranças sindicais multiplicadores das ações de potencialização e implementação do sistema Contag como descrito na apresentação do relatório:

[...] tem como objetivo principal a formação de Lideranças Sindicais, e os participantes são os membros da diretoria e associados dos STTRs, pois os mesmos são multiplicadores nas ações de potencialização e implementação do Sistema CONTAG de Política Nacional de Formação Social no Projeto Político Pedagógico de Formação do MSTTR no Meio Rural, esta formação visa fortalecer os STTRS, bem como deverá auxiliar o nosso sindicato no sentido de divulgar o MSTTRs e suas ações sindicais no contexto que tem por referência as iniciativas do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário(PADRSS)[...].(FETTAGR/AM, n.p.,2012).

A formação seguiu com místicas, apresentações da história do município dos cursistas, acordado anteriormente no 1º módulo, que compartilharam os pontos turísticos, costumes, realidade, cultura, educação, lazer e peculiaridade. Ainda contou com a sessão cinema, com história de Paulo Freire, seguida de debate entre os cursistas.

Conceitos sobre o sindicato, história da CONTAG, CUT foram temas trabalhados na formação, seguido da visita pedagógica na produção familiar de horticultura no Lago do Arrozal, na qual os participantes puderam anotar suas observações e impressões sobre o processo produtivo, compartilhado mais tarde em forma de apresentação em grupo.

Na tarde do último dia de formação, foi tratado de forma quase imperceptível, sobre a situação da mulher “a importância de debater sobre a situação da mulher na sociedade, pois ela é pelo fato de ser mulher ela é muito discriminada” (FETTAGR/AM, n.p.,2012). Essa fala demonstra que, embora as mulheres fossem, mais uma vez a maioria dos participantes do curso de formação, 32 de 56, o debate sobre a mulher praticamente inexistia.

O 3º Módulo do Curso de Formação Social no Polo Baixo Amazonas, 4ª turma da EFOFAM foi realizado no município de Itapiranga de 20 a 24 de agosto de 2012. É um modo conclusivo na formação de lideranças sindicais, serão os “multiplicadores nas ações de potencialização e implementação do Sistema CONTAG”. Desta forma:

Essas lideranças trabalharão a política nacional do Projeto político de formação do MSTTR no meio rural, e esta formação visa fortalecer os STTR's, bem como deverá auxiliar os nossos sindicatos no sentido de divulgar o MSTTR's e suas ações sindicais no contexto e a nossa principal referência é o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) (FETTAGR/AM, p.4, 2012).

O Módulo segue praticamente a mesma trajetória dos módulos anteriores, abertura de mesa, místicas, formação de comissões para os andamentos dos trabalhos, e palestras. Concepção de desenvolvimento e grandes projetos na Amazonia foram tratados no curso e o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável-PADRSS. Mas o que chama atenção neste módulo é o “testemunho” da secretária de mulheres da FETTAGRI/AM, a Senhora Maria do Rosário Fernandes Barba, sobre a Marcha das Margaridas, rememora a história da marcha e esclarece quem foi Margarida Alves:

[...] Tem esse nome, como forma de homenagear a trabalhadora rural e líder sindical Margarida Alves[...]ocupou por 12 anos a presidência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, estado da Paraíba[...] foi brutalmente assassinada pelos usineiros da Paraíba em 12 de agosto de 1983. (FETTAGR/AM, p.54, 2012).

A secretária esclarece que a Marcha das Margaridas acompanha outros movimentos, como a Marcha Mundial quando “feministas do mundo inteiro avaliaram as condições de pobreza em que viviam e ainda vivem as mulheres, condições essas determinadas pela lógica econômica de grandes projetos capitalistas”. (FETTAGR/AM, p.55, 2012). Destacou, que em 2011 as Margaridas marcharam por um “desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade” e informou que entre as razões da Marcha, estava na “denúncia e protesto contra a fome, a pobreza e todas as formas de violência, exploração, discriminação e dominação e no avanço da construção da igualdade para as mulheres”, informou que Amazonas estava representado na Marcha.

O curso finalizou com a solenidade de formatura da 4ª turma da escola de formação do baixo Amazonas, com o seguinte juramento:

Comprometemo-nos a exercer a educação sindical como instrumento de multiplicação, ação e transformação;
A ensinar aprendendo e aprender ensinando transformando o aprendizado e ascensão da esperança;
A fazer da formação sindical, um instrumento de construção coletiva da cidadania, com poder e autonomia social no campo;
Um instrumento para romper as correntes do capitalismo e construir o desenvolvimento sustentável, solidário, justo e com liberdade;
Comprometemo-nos a permanecer na luta para fazer de nosso país uma pátria repleta de paz, natureza farta, favorecendo a construção de uma sociedade participativa, solidária, e uma cidadania plena para todos e todas (FETTAGR/AM, p.60, 2012).

Em 2014, entre os dias 29 de maio a 02 de junho, no município de Boa Vista do Ramos, Polo Baixo Amazonas, aconteceu o 1º Módulo do Curso Estadual de Formação Social 5ª Turma. O curso segue o mesmo formato dos módulos anteriores, abertura, mística, formação de comissão de trabalhos e informes sobre a visita pedagógica a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos.

O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), principal referência político-pedagógica para a ação sindical, foi o tema inicial do curso, proferida pelo presidente da FETTAGRI/AM, Alfredo Maia Pontes.

Após a palestra, questões relacionadas ao tema foram direcionadas aos grupos para debate como: o significado do PADRSS, as frentes de lutas e o que teriam que fazer para a realização das bandeiras de lutas.

Relação Social, Gênero e Ideologia e Desigualdade na Sociedade foi a palestra proferida pela assistente social, Michele Alves Queiros (Figura 13). No decorrer do curso, suas falas foram no sentido da equidade de gênero na política:

“Falou sobre a desigualdade social, diferenças de gêneros e um autêntico relato sobre a desigualdade de “representatividade” da mulher no campo do político, alertando que as mulheres são maioria quando se comparado ao número de homens votantes, no entanto ela alertou que as mulheres precisam se unir para buscar melhoria e representatividade na política nacional” (FETTAGR/AM, n.p., 2014).

Figura 13. Palestra “Relação Social, Gênero e ideologia e Desigualdade na Sociedade”.



Fonte: Arquivo da Fetagri AM(2014).

A luta pela igualdade entre mulheres e homens se materializa em 2017, no Seminário Regional sobre Desenvolvimento Regional. É a discussão sobre a atualização do PADRSS para o 12º Congresso Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Ruras (CNTTR) que vai pautar a paridade entre as Federações e Sindicatos como identificamos no relatório:

“[...]” até que se implemente a paridade em todos os Sindicatos e Federações, é obrigatório o cumprimento da cota de, no mínimo, 30% de participação das mulheres em todas as instancias[...] a participação das mulheres e homens de maneira igualitária é uma premissa política estruturante do PADRSS” (FETTAGR/AM, p.10, 2017).

Essa obrigatoriedade de cota de 30% de mulheres, era para garantir o mínimo, porque a proposta para chegar ao 12º Congresso era de 50% de homens e 50% de mulheres: “o 12º CNTTR marcará um novo período de história do MSTTR, onde acontecerá a primeira eleição para a Direção da CONTAG composta por 50% de mulheres e 50% de homens” (FETTAGRI/AM, p.10, 2017). No Amazonas, essa cota já havia sido aprovada como identificamos no relatório.

Além do debate sobre a paridade, havia uma preocupação sobre a consolidação da participação das mulheres, de acordo com FETTAGRI (2017, p.13), era preciso potencializar e desenvolver ações e articuladas entre as comissões municipais, estaduais e nacional de mulheres no sentido de fortalecer a defesa das conquistas na vida das mulheres.

A conquista da paridade é o reconhecimento da importância social, econômica e política das mulheres trabalhadoras rurais, pois elas têm direito de ser representadas com igualdade de condições nos cargos de direção, um princípio de justiça essencial para a construção da democracia.

Para Gohn (2013, p. 16), “muita coisa foi construída a respeito do lugar da mulher na sociedade, o respeito a seus direitos e a sua retirada a invisibilidade em que ela sempre esteve” e ainda a autora: “foi um caminho longo de lutas e conquistas. Isso se reflete em leis públicas, como a Lei Maria da Penha.” Para a autora, é pelo caráter educativo que a Educação Não Formal se relaciona com os Movimentos Sociais. É no ato de participar na

construção da cidadania, da organização política, da cultura política e da construção do cenário sociopolítico e econômico[...] na percepção dos indivíduos, via complexos processos de subjetivação, contribuindo para a construção de novos imaginários e de uma nova cultura política (Gohn, 2013, p.77).

Assim sendo, a Educação Não formal se relaciona com os Movimentos Sociais através do processo educativo para a formação da cidadania atuando no campo da resistência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PRECISAMOS DE VOCÊ

*Aprende lê nos olhos,
lê nos olhos-aprende
a ler jornais, aprende:
a verdade pensa
com tua cabeça;
Confere tudo. Faça perguntas sem medo
não te
convenças sozinho
mas veja com os teus olhos.
Se não descobriu por si
na verdade, não descobriu.
Afiml você faz parte de tudo,
também vai no barco,
Aponte o dedo, pergunta
que é isso? Como foi
parar aí? Por quê?
Você faz parte de tudo.
Aprende, não perde nada
das discussões, do silêncio.
esteja sempre aprendendo
por nós e por você.
Você não será ouvinte
diante das discussões
não será cogumelo
de sombras de bastidores,
não será cenário
para nossa ação.*

Bertold Brecht

Ao iniciarmos este trabalho, trouxemos o poema *Tecendo a Manhã*, que nos remetia a ideia de que precisamos agir de forma organizada, coletiva e consciente para construir a nossa Manhã desejada. Finalizamos com Brecht, que nos ensina que precisamos estar sempre aprendendo e nos colocando como os protagonista das ações que irão transformar nossa realidade.

Nesse processo de aprender e ensinar, nos envolvemos com as várias educações ao longo de nossas vidas, entre elas a Informal, a Formal e a Não Formal, esta última com atuação em outros campos fora dos muros escolares, como nos Movimentos Sociais, entre eles a CONTAG/FETAGRI/AM.

Para desenvolver o processo formativo, a CONTAG, em nível Nacional, criou a ENFOC, voltada para o debate e a reflexão das questões do MSTTR. Os espaços formativos da Escola são desenvolvidos em nível nacional, regional e estaduais, onde as Federações são responsáveis, entre as quais a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Amazonas (FETTAGRI/AM). Entre

os vários processos formativos, estão os que são direcionados para as mulheres camponesas. Assim, essa pesquisa partiu do seguinte problema: *Qual a concepção de formação que predomina na Educação Não Formal especialmente nos Movimentos de Mulheres do Campo Amazônico?*

A mulher camponesa sofre com o avanço do capital, que se expressa com a feminização da pobreza, as perdas de direitos, as diversas formas de violência, a precarização dos trabalhos e as múltiplas jornadas de trabalho. Na luta contra a opressão, há uma resistência protagonizada pelos movimentos de mulheres. Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa foi: *Analisar a Educação Não Formal no Movimento de Mulheres do Campo Amazônico na CONTAG/FETTAGRI Amazonas no período 2010 a 2020.* Para isso, três objetivos específicos foram construídos: 1) *Registrar o contexto amazônico e as educações presentes no processo formativo da mestranda e a relação com o objeto da pesquisa;* 2) *Estudar os Movimentos Sociais, Mulheres e a Educação no/do Campo* 3) *Examinar a formação do Movimento de Mulheres do/no Campo na CONTAG/FETTAGRI- AM.*

Para responder o primeiro objetivo, evidenciamos as educações presentes no processo formativo da mestranda no contexto amazônico, a origem do campo em uma comunidade ribeirinha no município de Parintins, as dificuldades enfrentadas por conta da dinâmica da natureza, as vivências entre várzeas e terras firmes e o eterno recomeço e o puxirum como caminho socializador e solidário para a reconstrução das moradias, da escola e das vidas. Nesse processo, se dava a Educação Informal. Mostramos também a trajetória escolar em escolas públicas, do ensino fundamental ao médio e a trajetória acadêmica da graduação a pós-graduação em universidades públicas, onde se dava o processo educativo da Educação Formal. Além das duas educações, o teatro, a militância em partido político e em movimentos sociais, entre os quais o Movimento de Mulheres compôs o processo educativo da mestranda na Educação Não Formal.

Para atender o segundo objetivo, fizemos um breve histórico dos movimentos sociais, remetendo a história do movimento operário iniciado na Revolução Francesa, no qual novas técnicas e organização de trabalho levaram a novas formas de exploração e concentração de riqueza nas mãos dos capitalistas. Homens, mulheres e crianças eram submetidos a trabalhar de 14 a 16 horas por dia, sem descanso, sem férias e sem domingo. Segundo Engels (1985), nascia assim, vários movimentos: o

Movimento Luddista, o Movimento Cartista e os *trade-unions* e o Manifesto Comunista, em que Marx e Engels denunciavam as contradições da sociedade e o antagonismo entre opressores e oprimidos, e convidava os trabalhadores a se unirem.

Mostramos que os movimentos sociais são influenciados por diferentes correntes teóricas, como a histórico-estrutural, a culturalista-identitária e a institucional/organizacional, desta forma alguns conceitos de diversas autoras e autores do tema foram trazidos. Evidenciamos algumas lutas e resistências no Brasil, como o Movimento Cabanagem, Canudos, Conspiração dos Alfaiates, Balaiada, Farroupilha, entre outros. Além desses movimentos, o de Mulheres também foram evidenciados, distinguindo-os dos Movimentos Feministas, mas que se encontravam em algumas pautas e construíram a mesma história, a luta das mulheres.

Mostramos as principais correntes teóricas estudadas por Gandh (2018) como o Feminismo Liberal, o Feminismo Radical, as Feministas Culturalistas, as anarcofeministas, as Ecofeministas, as Feministas socialistas e as Pós-modernas. Também, neste objetivo mostramos o Movimento social e a luta pela Educação no/do Campo, que vincula a construção de um direito, o direito à justiça, à cidadania, aos valores da vida e à formação humana. É na condição de política pública, que Educação do Campo abriu caminho para a construção da emancipação da sociedade, tornando-se a principal pauta dos Movimentos sociais do Campo.

O terceiro objetivo também foi atingido, ao examinarmos a formação no movimento de mulheres no/do campo amazônico na FETTAGRI Amazonas. Identificamos que a história CONTAG precede a história da luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil, a luta pela terra, por melhores condições de vida os camponeses buscaram se organizar em Sindicatos, Ligas camponesa, ULTAB, MASTER, AP como nos mostrou Medeiros (1989).

A história da CONTAG passa por 2 momentos, um sem interventores, outro com interventores, pelegos indicados pelos militares do golpe de 64. A CONTAG realiza atividades formativas para preparar seus quadros das 27 Federações e mais de 4 mil sindicatos do MSTTR. O PADRSS é a sua referência política e pedagógica para sua formação sindical, viabilizada pela ENFOC segue um itinerário pedagógico de formação continuada e permanente. Dessa forma, a ENFOC realiza com a FETTAGRI/AM seus processos formativos.

Evidenciamos que a FETTAGRI/AM possui uma escola de Formação, a EFOFAM que realiza suas atividades nos 10 polos regionais do Estado do Amazonas. Um Estado de dimensões continentais que se destaca, não só pela extensão territorial, como compõe a maior reserva florestal, mineral e hidrográfica do Planeta, a bacia amazônica, e desperta a cobiça da burguesia, destruindo o meio ambiente e contribuindo para o aumento da violência no campo. Nesse contexto, estão as mulheres do Amazonas, assim, elas estão na luta pela terra, na defesa de seus territórios ameaçado pela invasão capitalista na Amazônia. Mostramos que os processos formativos da FETTAGRI/AM se desenvolvem em Módulos, sistematizadas em relatórios.

Assim, ao analisarmos os documentos constatamos que: em uma década a FETTAGRI/AM realizou 10 atividades formativas em 17 municípios. As mulheres recebem uma formação na perspectiva classista e sindical para que possam ser multiplicadoras e formadoras em suas bases de atuação. A mística faz parte de todos os processos formativos, e cumpre um papel motivador e estimulador das vivências. Identificamos que em alguns debates ia na perspectiva da corrente teórica do feminismo radical, quando coloca a desigualdade de gênero desvinculado do “sistema de sexo/gênero e do patriarcado” do sistema capitalista explorador. Identificamos que a Educação Não-formal se fazia no contexto da Educação Popular, pois a proposta pedagógica instigava experiências dialógicas e reflexivas através da troca de conhecimento entre os grupos. Finalmente, para responder: *Qual a concepção de formação que predomina na Educação Não Formal especialmente nos Movimentos de Mulheres do Campo Amazônico?*

Identificamos nos documentos analisados que a concepção de formação é na perspectiva sindical classista, demonstrado em todos os processos formativos nos debates sobre o papel do Estado na organização sindical e nas relações capital trabalho, mas em alguns momentos a corrente teórica do feminismo radical influencia os debates, mostrando uma contradição da concepção de classe. Portanto, é preciso atenção, o processo de emancipação da mulher só pode realizar-se conectado com a emancipação de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Sociologia da educação não escolar: reatualizar um objeto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, A. J. **A sociologia na escola, professores, educação e desenvolvimento**. Porto: Afrontamento, 1992.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentido do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**/ Ricardo Antunes, 1953. - [2 ed., 10 reimpr. rev. e ampl.]. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. - (Mundo do Trabalho).

ARROYO. Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna; (organizadores). **Por uma educação do campo**. 5. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Miguel G. **Que Educação Básica para os povos do campo?** Educação Básica de nível médio nas áreas da reforma agrária. Textos de estudos. Boletim especial. ITERRA. Número 11. setembro, 2006.

BOAL, A. **Teatro do oprimido e oprimido e outras poéticas**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1991.

BORGES. Heloisa da Silva. Educação do Campo como processo de luta por uma sociedade justa. In: Evandro Ghedin & Heloisa da Silva Borges. **Educação do Campo - A epistemologia de um horizonte de formação**. Manaus: UEA Edições, 2007, p.63-109.

BORGES. Heloisa da Silva, VILHENA JUNIOR, Waldemar. Movimentos Sociais e relação com a educação. In: BORGES, Heloisa da Silva, VILHENA JUNIOR, Waldemar (Org). **Movimento Sociais do Campo: Aspectos Históricos, Ideológicos e Políticos**/ Manaus: UEA e Editora Valer, 2013, p.13-29.

BORGES, Heloisa da Silva. **Formação Continuada de professores(as) da Educação do Campo (2010 a 2014)**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós- Graduação em Educação (PPGE). Universidade Federal do Amazonas (UFAM)., Manaus, 2015, 206 f.

_____. Heloisa da Silva. As teorias que legitimam a educação do campo. In GUEDIN, Evandro, **Fundamentos Filosóficos da Educação do Campo**. Boa Vista. Editora da UFRR, 2016.

_____. Heloísa da Silva. Educação do campo e os planos de educação. **Revista Amazônida**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, v. 1, n.2016.

BRITO, Rosa Mendonça. Elementos constitutivos dos processos de pesquisa e da construção do conhecimento. In: **Caminhos metodológicos do processo de pesquisa e de construção do conhecimento**. Manaus: EDUA, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da educação continuada, Alfabetização. **Caderno Percorso Formativo**, Projovem Campo - Saberes da Terra. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2008. Projeto Político Pedagógico.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em 15/02/2023.

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, DF: 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 02/02/2023.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M.C; JESUS, S. M. S. A. (Orgs). **Contribuições para a Construção de uma Projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Coleção Por uma Educação do Campo, nº 5, 2004, p.10-31.

_____. R.S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete, MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. R.S., STEDILE, M. H. & DAROS, D.(org). **Caminhos para a transformação da escola 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escola do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. -138.

CASTRO, Ferreira de. **A Selva**. 37 ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1989

CARO, Suely Maria Pessagno; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Educação social e psicologia**. Campinas, Alínea, 2004.

CENDALES, Lola. MARINÓ, Germán. **Educação não formal e educação popular. Parar uma Pedagogia do diálogo cultural**. Edições Loyola, São Paulo, 2006.

CONTAG. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index2.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>. Acesso em 14/10/2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

ENFOC. Disponível em: http://www.enfoc.org.br/conteudos/detail/quem_somos. Acesso em 13/10/2022.

ENGGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. /Tradução Rosa Camargo Artigas, Reginaldo Forti. São Paulo: Global. 1985.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo. Civilização Brasileira, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. Cortez Editora, 2015.

DERICKX, João. **No coração da Amazonia: Juruá, o rio de chora**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-feminicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf> Acesso no dia 11/08/2022

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não formal**. *Sion: Institut internacional des Doits* de 1º Infant. p. 1-11, 2005.

GASPARIN, J. L. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 3. ed. Campinas: Autores Autores Associados, 2005.

GANDHI, Anarudha. **Sobre as correntes filosóficas dentro do Movimento Feminista**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2018.

GHEDIN, Evandro. A estrutura reflexiva a educabilidade dos movimentos sociais como alternativa à ideologia hegemônica. *In: BORGES, Heloisa da Silva, VILHENA JUNIOR, Waldemar (Org). Movimento Sociais do Campo: Aspectos Históricos, Ideológicos e Políticos/* Manaus: UEA e Editora Valer, 2013, p.31-74.

GOHN, Maria G. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. *In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1., 2006. Proceedings online*. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn>. Access on: 28 Sep. 2023.

GOHN, Maria G. Mulheres–atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 41-70, 2007.

GOHN, Maria G. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor/Maria da Glória Gohn -5 ed.- São Paulo: Cortez, 2011. (Coleções questões de nossa época, v. 26).

_____. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2013. (Coleções questões de nossa época, v. 1).

_____. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo/** Maria da Glória Gohn. 7. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais/** Maria da Glória Gohn. 5 ed.-São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

HUBERMAN. Leo. **A história da riqueza do homem.**1986.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Disponível em: Parintins (AM) | Cidades e Estados | IBGE. Acesso em 09/12/2021.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

LAKATOS, E. M.; Marconi; M. de A. **Fundamentos da Metodologia científica.** 5. Ed., São Paulo: Atlas, 2003.

LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. **A Construção do saber.** Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte. UFMG, 2008.

MARX, K.; ENGEL, F. **A Ideologia Alemã.** Primeiro Capítulo (1845/1846). Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook e eBookBrasil.com, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf> . Acesso em 04/07/2022

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto comunista.** Osvaldo Coggiola (Org). Trad. Álvaro Piana; Ivana Jinkings. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. (Col. Marx-Engels). (2010).

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** Trad. Nélio Scheneider. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx- Engels.). (2011).

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: Movimento sociais nas sociedades complexas/** Alberto Melucci; tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ, Vozes, 2001.

MEDEIROS, Laide et al. Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica à Formação Do Movimento de Mulheres no Campo Amazônico. **Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, v. 6, n. 1, p. 127-145, 2023.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de et al. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MILHOMENS, Lucas; DA GLÓRIA GOHN, Maria. **Movimentos Sociais e Amazonia: Da ditadura civil-militar aos grandes projetos da atualidade.** Cadernos CERU, v. 29, n. 2, 2018.

MOLINA. Mônica Castagna, FRETAS, H C. de Abreu. (orgs). **Avanços e Desafios na Construção da Educação do Campo.** In: **Institutos Nacionais de Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira/** MOLINA, M. Castagna, FREITAS, H. C. de Abreu(orgs) Educação do Campo. Em aberto, Brasília, 24, n. 85, p. 1-177, abr. 2011.

_____, Monica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CARDART, Roseli Selete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudencio. (org). **Dicionário da educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012.p.151-159.

MONTANÕ, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimentos Social.** 3ª ed, São Paulo: Cortez, 2011.

PERNA, Isonete do Socorro Sardinha et al. **Movimentos sociais e educação do campo no cenário Nacional: das lutas às políticas públicas.** **Revista Margens Interdisciplinar,** 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. "Feminismo, história e poder". **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba, v.18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

SAFFIOTI, Heleith IB. **O poder do macho.** Ministério Público do estado da Bahia.1987. Disponível em: <http://dspace.sistemas.mpba.mp.br/jspui/handle/123456789/753> Acesso em: 16/08/2022.

SAVIANI, D. NEWTON, D. (Orgs). **Pedagogia histórico-crítica e a luta de classes na educação escolar,** Campinas/ SP, Autores Associados, 2012 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

SAVIANE, Nereide. Escola e luta de classe na concepção marxista de educação. **Germinal: Marxismo e educação em debate,** v.3.n 1, p.7-14, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais.** 2 Edição. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1987.

SILVA, Iby Montenegro de. **A Contag em perspectiva: um estudo sobre a formação política/Iby Montenegro de Silva,** 2013.157 f. Dissertação. UFRRJ. Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

SILVA, Camila Ferreira da; OLIVEIRA, Márcio de; CACAU, Claudiney Lofiego. **Formação professoral na Pós-Graduação: o estágio docente em contexto amazônico.** **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas,** n. 120, v. 29, p. 01-25, set., 2021

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. **Movimentos Sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015).** 2018,

333f.Tese(Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do estado do rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

TRILHA, Jaume. **Educação formal e não formal: pontos e contrapontos**/Jaume Trilha, Elie Ghanem, Valéria Amorim Arantes, (org)- São Paulo: Summus, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto. N.S. **Introdução à Pesquisa Científica em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo. Atlas, 1987.

VALADARES, Loreta. A “controvérsia” feminismo x marxismo. **Revista Princípios**, N 18, p.44-49.

DOCUMENTOS ANALISADOS

FETTAGRI/AM. 2º Módulo Regional Amazonas Polo Tefé Amazonas. Amazonas. FETTAGRI, 2010.

_____. 2º Modulo do Curso Estadual de Formação Social do Polo Baixo Amazonas - 4ª Turma da ENFOAM. FETTAGRI, 2012.

_____.3º Módulo do Curso Estadual de Formação Social no Polo Baixo Amazonas - 4ª Turma da ENFOAM. FETTAGRI, 2012.

_____.1º Módulo do Curso Estadual de Formação Social - 5ª Turma. FETTAGRI, 2014.

_____.2º Módulo do Curso Estadual de Formação Social no Amazonas - 5ª Turma. FETTAGRI, 2014.

_____.2º Módulo do Curso Estadual de Formação da Federação do EFOFAM- V turma. Vida Sindical: História, Concepção, Prática e Ética Sindical. FETTAGRI, 2016.

_____. Seminário Regional sobre Desenvolvimento da Agricultura Familiar. FETTAGRI, 2017.

_____. Oficina Rio Madeira. FETTAGRI, 2002.

_____. Política Agrária. FETTAGRI, 2020.

ANEXOS

ANEXO A - Solicitação de Autorização para Pesquisa Acadêmico-Científica

 UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE) LINHA DE PESQUISA 3 FORMAÇÃO E PRÁXIS DO EDUCADOR FRENTE AOS DESAFIOS AMAZÔNICOS 
--

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA

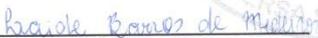
À Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Amazonas (FETAGRI/AM).
Sra. Edjane Rodrigues.

Prezada Senhora,

Através do presente instrumento, solicitamos autorização para realização da pesquisa integrante a nível de **Mestrado Acadêmico**, junto ao **Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)** da **Universidade Federal do Amazonas (UFAM)**, tendo como título preliminar "Educação Não Formal e a Formação do Movimento de Mulheres do Campo Amazônico na CONTAG/FETAGRI Amazonas no período 2010 a 2020.

A pesquisa é de cunho documental, sendo assim, solicitamos autorização para acesso a documentos utilizados nos processos formativos da FETAGRI/AM, no período de 2010 a 2020, como cadernos de formação, folhetos, folders etc. Ressaltamos que as informações aqui prestadas não serão divulgadas sem a autorização final da Instituição campo de pesquisa

Manaus/AM, 05/01 de 2023.

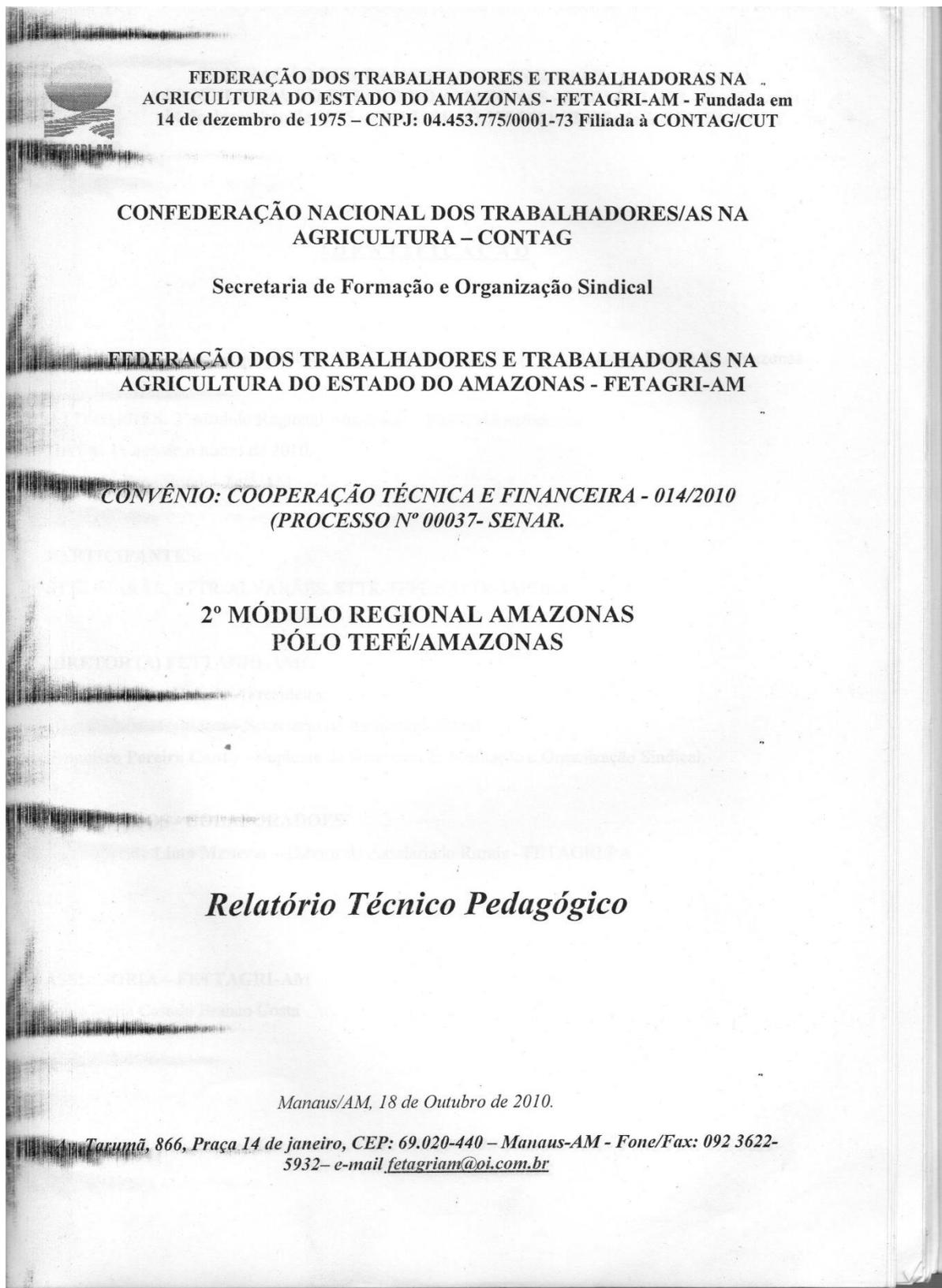
 Acadêmico/Mestranda Laide Barros de Medeiros	 Docente/Orientadora Heloisa da Silva Borges
---	---

<input type="checkbox"/> Deferido	<input type="checkbox"/> Indeferido
 Assinatura	

Informações para contato: E-mail: lsbarros65@gmail.com WhatsApp: 92 99321-0836

Recebido
17-01-2023
10:30

ANEXO B - 2º Módulo Regional Amazonas Pólo Tefé Amazonas



ANEXO C - 1º Módulo do Curso Estadual de Formação Social do Pólo Baixo Amazonas da 4ª Turma da EFOFAM



EFOFAM
ESCOLA DE FORMAÇÃO DA
FETTAGRI-AM

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA DO
ESTADO DO AMAZONAS
FETTAGRI/AM

RELATÓRIO TÉCNICO PEDAGÓGICO



**1º MÓDULO DO CURSO ESTADUAL DE FORMAÇÃO SOCIAL NO POLO BAIXO
AMAZONAS DA 4ª TURMA DA EFOFAM**

Realizado no Município de Silves/AM, no período de 30 de abril a 04 de Maio de 2012.

CONVÊNIO: COOPERAÇÃO TÉCNICA SENAR – 006/2011

MANAUS
2012

ANEXO D - 2º Módulo do Curso Estadual de Formação Social do Pólo Baixo Amazonas da 4ª Turma da EFOFAM

FETTAGRI-AM
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES/AS NA AGRICULTURA DO ESTADO DO
AMAZONAS
Filiada à CUT/CONTAG

RELATORIO
2º MÓDULO DO CURSO ESTADUAL DE FORMAÇÃO SOCIAL NO
POLO BAIXO AMAZONAS – 4ª TURMA DA ENFOFAM.

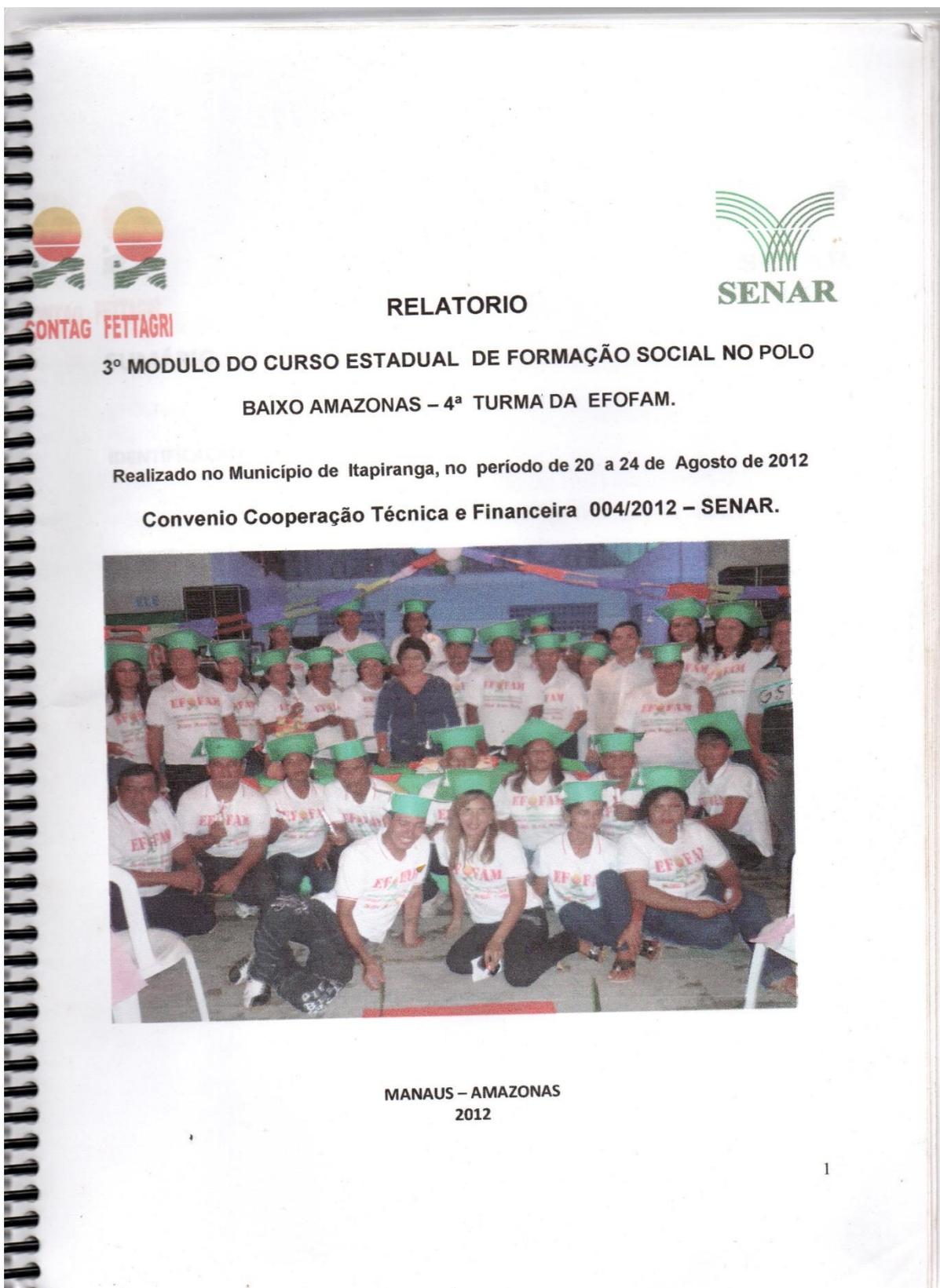
Realizado no Município de Urucurituba, no período de 07 a 11 de junho de 2012

Convenio Cooperação Técnica e Financeira 006/2011 – SENAR.

MANAUS – AM

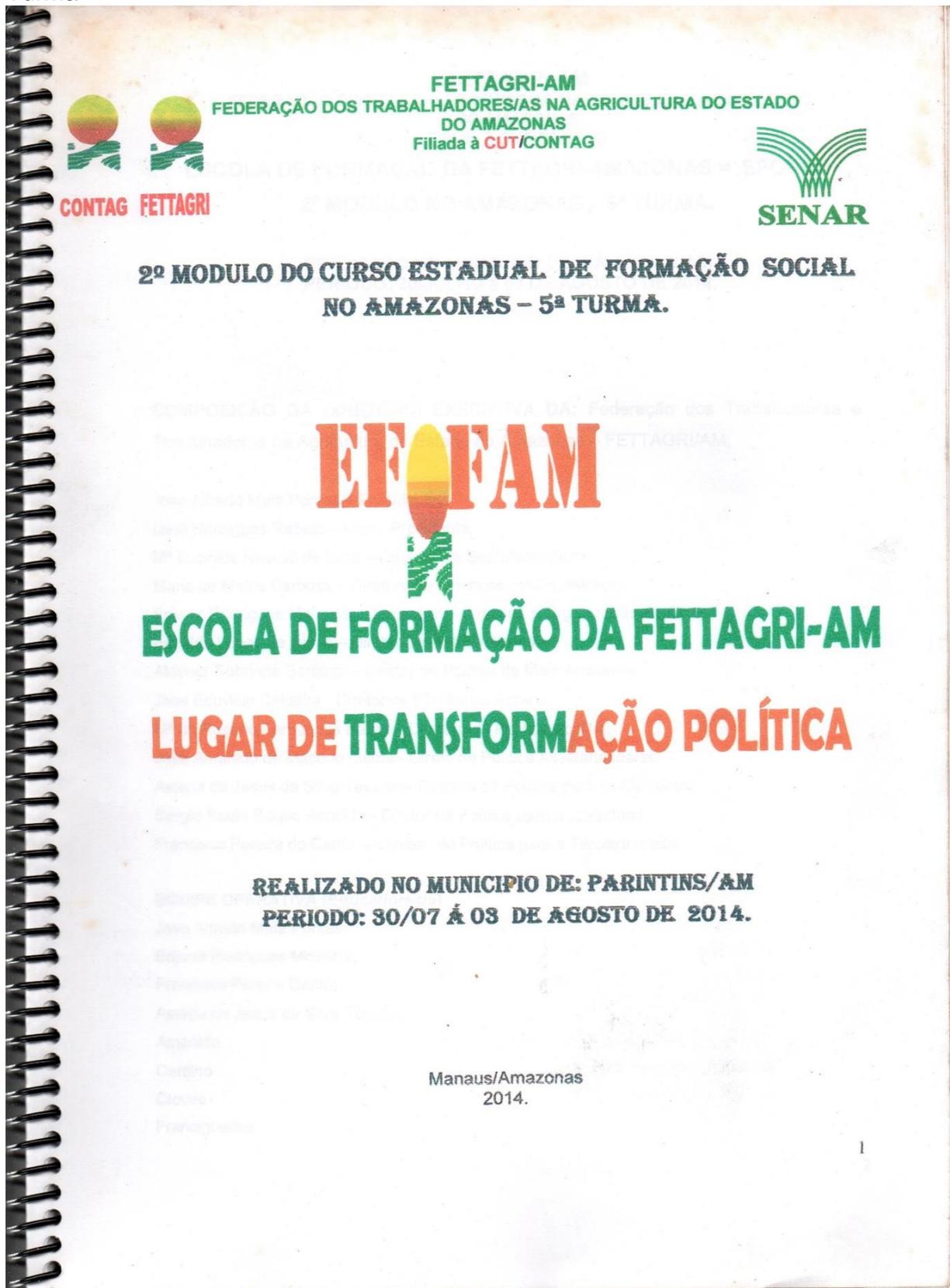
Fundada em 14 de dezembro de 1975 – CNPJ: 04.453.775/0001-73
Av. Tarumã, 866, Praça 14 de janeiro, CEP: 69.020-440 – Manaus-AM
Fone/Fax: 092 3622-5932 – e-mail: fetagriam@oi.com.br/fetagriam@gmail.com

ANEXO E - 3^o Módulo do Curso Estadual de Formação Social do Pólo Baixo Amazonas da 4^a Turma da EFOFAM



ANEXO F - 1º Módulo do Curso Estadual de Formação 5ª Turma





ANEXO H - II Módulo do Curso Estadual de Formação da Federação da Efofam - V Turma

**FETTAGRI-AM**
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES/AS NA AGRICULTURA DO ESTADO DO AMAZONAS
Filial à CUT/CONTAG

**SENAR**

II MODULO DO CURSO ESTADUAL DE FORMACAO DA FEDERACAO DO EFOFAM - V TURMA

VIDA SINDICAL: HISTORIA, CONCEPCAO, PRATICA E ETICA SINDICAL



REALIZADO NO MUNICIPIO DE TABATINGA AM

PERIODO DE 24 A 28 MAIO 2016



ANEXO J - Relatório de Atividades de Sindicais Rurais Amazonas 2020

CONSELHO DELIBERATIVO VIRTUAL FETAGRIAM

←←← ANTES DA PANDEMIA

DURANTE A PANDEMIA

NÓS SOMOS A CONTAG

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE SINDICAIS RURAIS AMAZONAS 2020

CONTAG FETAGs STTRs

ANEXO K - Oficina de Base do rio Madeira

